

Garibaldi quer acordo sobre Orçamento para evitar MPs

Se não votar nesta quarta-feira o Orçamento da União, o Legislativo deve preparar-se para uma “enxurrada de medidas provisórias” abrindo créditos para o PAC, adverte o presidente do Senado, Garibaldi Alves. A oposição ameaça

obstruir a votação por causa de um anexo que prevê R\$ 534 milhões para emendas de parlamentares. Garibaldi também quer votar em seis meses a proposta de reforma tributária entregue pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega.

PÁGINAS 4 E 5

Produção de álcool cresce, mas o mercado não aparece



Escoamento da produção de cana-de-açúcar no interior de São Paulo: plantio ocupa áreas de outras culturas, enfrenta críticas e dificuldades

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

Página 13

cidadania

Recomendações médicas para tratar bem o estômago

Uma simples azia pode ser sinal de uma gastrite, que, se não tratada, pode até evoluir para um câncer gástrico, o segundo tipo mais comum dessa doença. A gastrite é evitada com medicamentos e mudança de hábitos.

PÁGINA 16

Células-tronco: pesquisa na balança do Supremo

PÁGINA 7



O líder do PSDB, Arthur Virgílio, confirmou na sexta-feira a manutenção do acordo com o líder do governo, Romero Jucá, que garante a presidência da CPI dos Cartões Corporativos ao PSDB. O partido indicou para o cargo a senadora Marisa Serrano (foto), mas deputados petistas querem presidir as investigações.

PÁGINA 6



Senado oferece este ano mais de cem cursos

ENCARTE

PLENÁRIO



Oposição, apoiada até por senadores do governo, suspendeu votação, criticou uso de medidas provisórias para remanejar Orçamento em execução e decidiu recorrer à Justiça

Créditos por MP vão parar no Supremo

A votação da MP 395/07 foi suspensa na semana passada, depois que senadores da oposição e até parlamentares da base do governo taxaram a medida de inconstitucional e manifestaram indignação com o fato de o Executivo estar, segundo eles, usurpando o papel legislativo do Congresso. PSDB e DEM declararam-se em obstrução.

Por meio da medida provisória, editada em setembro e já aprovada pela Câmara, o Executivo abre créditos extraordinários (ou seja, remanejando dinheiro do Orçamento) de R\$ 3,25 bilhões para diversos ministérios. Somente o Ministério da Saúde fica com metade desse total, com o objetivo declarado de socorrer hospitais federais e reajustar os valores das tabelas do Sistema Único de Saúde (SUS).

O governo alega que esse é “um erro que se repete há anos”, mas mesmo assim a oposição decidiu ingressar com uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O líder do DEM, José Agripino (RN), acusou o governo de direcionar quase a totalidade dos créditos para “custeio não previsto” da máquina pública, em sua opinião, “inchada”.

– Esse dinheiro já foi gasto, à nossa revelia e contra nosso voto, por “desplanejamento” do governo – protestou o senador, defendendo ainda a votação da proposta de emenda à Constituição que muda a tramitação das medidas provisórias.

Jefferson Péres (PDT-AM) disse que os congressistas encenam uma “peça de ficção” ao fingirem que são legisladores e pediu que

o presidente do Senado, Garibaldi Alves, se empenhe em cumprir o que prometeu em seu discurso de posse: mudar a tramitação das MPs no Congresso.

Outro motivo para a decisão da oposição foi a análise de um anexo ao relatório do Orçamento de 2008, em discussão no Congresso, em que constam emendas do relator que garantem recursos de mais de R\$ 500 milhões para obras não constantes da proposta original (*leia mais na página 4*). Agripino lembrou que as lideranças fizeram um acordo para votar a peça orçamentária sem o anexo, e denunciou que o acordo estava prestes a ser quebrado.

Por outro lado, Ideli Salvatti (PT-SC) e Tião Viana (PT-AC), que relatou a matéria no Senado, afirmaram que a votação de créditos suplementares por meio de MP não é nenhuma prática nova.

Reajuste do mínimo sai por medida provisória

O projeto de lei da Câmara (PLC 42/07) que trata da política de reajuste do salário mínimo aguarda inclusão na pauta do Plenário. A matéria já foi aprovada na Câmara e nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, tendo sido enviada pelo Poder Executivo ao Congresso como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Como a pauta segue trancada justamente por medidas provisórias, que precisam ser votadas antes das demais matérias, o governo decidiu editar uma outra MP estabelecendo o novo valor do salário mínimo para vigorar a partir de 1º de março.

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, já anunciou que o mínimo deverá passar dos atuais R\$ 380 para R\$ 415, o que representa um aumento superior a 9,21%, correspondente à variação da inflação do período mais o crescimento do produto interno bruto (PIB) de dois anos atrás (2006).

Os critérios de reajuste, acertados pelo governo com as centrais sindicais, seguem as regras estabelecidas pelo PLC 42/07: os aumentos serão antecipados em um mês por ano entre 2008 e 2011, até que a majoração ocorra em 1º de janeiro. Os reajustes do mínimo passarão a vigorar, portanto, a partir das seguintes datas: 1º de março de 2008; 1º de fevereiro de 2009; 1º de janeiro de 2010 e 1º de janeiro de 2011. O PLC estabelece ainda que, até 31 de março de 2011, o Executivo encaminhará projeto com a nova política para o período de 2012 a 2023.

LEOPOLDO SILVA



Mesquita Júnior e Paim, em debate na CDH: urgência para recuperar aposentadorias

Senadores saúdam elevação do salário

Os senadores Paulo Paim (PT-RS), Flávio Arns (PT-PR) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defenderam, em debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, urgência na aprovação de propostas que assegurem a recuperação dos valores de aposentadorias e pensões. Ao destacarem os impactos positivos da elevação do mínimo para R\$ 415, eles cobraram do governo a adoção de uma política de aumento das aposentadorias. Ao elogiar a sessão em homenagem ao Dia Nacional do Aposentado, na terça-feira, Flávio Arns alertou para a urgência de uma política capaz de recompor as aposentadorias. Mesquita Júnior, por sua vez, disse reconhecer o acerto do governo Lula em promover mudanças na economia capazes de permitir a melhoria da renda dos trabalhadores.

Garibaldi remarca votação de vetos para quinta-feira

Após se reunir com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, remarca para esta quinta-feira, às 9h30, a reunião do Congresso Nacional que deveria votar, na quarta-feira passada, os 74 primeiros vetos presidenciais de uma longa fila com mais de 800.

Garibaldi alegou que o Regimento Interno proíbe a deliberação do Congresso concomitantemente com a votação do Orçamento. Ocorre que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) realizou duas reuniões diárias durante toda a semana passada.

– A Comissão de Orçamento não pode se reunir com o Congresso aberto e em votação. Há uma incompatibilidade – explicou Garibaldi.

Há 885 vetos presidenciais à

espera de deliberação. A intenção dos presidentes das duas Casas era começar a examinar essas matérias na semana retrasada, porém a morte do senador Jonas Pinheiro, no dia 19, fez com que a sessão do Congresso fosse adiada pela primeira vez. É necessário

Funcionamento simultâneo da Comissão de Orçamento levou à decisão

um alto quórum nessas sessões, por isso elas costumam ser marcadas para o meio da semana.

Pela Constituição, a deliberação sobre vetos deve ser feita em sessão conjunta do Congresso Nacional em até 30 dias após sua chegada. Nas votações, secretas, são necessários, para a sua derrubada, os votos da maioria absoluta de cada uma das duas Casas (257 deputados e 41 senadores). Desde agosto de 2005 não há decisões sobre vetos.

Em geral, alegação é a da “inconstitucionalidade”

Dos 885 vetos presidenciais a projetos aprovados pelo Congresso Nacional, 65 estão na pauta desde a semana retrasada. Dentre eles, encontra-se o veto integral a projeto de lei do Senado (PLS 307/95) que transfere do Ministério do Trabalho e Emprego para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) a atribuição de realizar o registro prévio de jornalista, indispensável ao exercício da profissão.

Ao vetá-lo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alegou “inconstitucionalidade”, pois a delegação dessa atribuição à Fenaj poderia configurar-se em instrumento de coerção para obrigar os profissionais da imprensa a se filiarem à respectiva entidade sindical.

O veto parcial a projeto que assegura ao deficiente visual

o direito de ingressar e permanecer em ambientes públicos acompanhado de cão-guia (PLS 181/01) teve motivação semelhante. Há na lei artigos (vetados) que tornam obrigatória a adesão do proprietário do animal (ou de seu instrutor ou adestrador) à Federação Internacional de Cães-Guia.

A medida contrária, segundo o Executivo, dispositivo constitucional, segundo o qual “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

O PLS 195/03, que garante às parturientes o direito a presença de acompanhante durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), recebeu veto parcial.

GASTOS PÚBLICOS Garibaldi Alves teme “enxurrada de MPs” caso Plenário não vote lei orçamentária, aprovada na

Ou Orçamento, ou medida provisória

O Congresso Nacional deve apreciar nesta quarta-feira o projeto de lei do Orçamento da União de 2008 sob pena de receber uma “enxurrada” de medidas provisórias (MPs) abrindo créditos extraordinários para a execução de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A advertência é do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.

O relatório final do deputado José Pimentel (PT-CE) foi aprovado na quinta-feira pela Comis-

são Mista de Orçamento (CMO). Mas uma polêmica em torno de um anexo que libera verbas para emendas parlamentares (*leia texto abaixo*) levou o PSDB a anunciar que irá obstruir a votação do texto em Plenário.

– Se o Orçamento não for votado, chegarão as MPs. Então estamos sem opção. A oposição denuncia que há irregularidade. Vamos apurar, mas vamos votar. A irregularidade está, segundo a denúncia, no anexo. O Orçamento não está contaminado

– afirmou Garibaldi.

O presidente da CMO, senador José Maranhão (PMDB-PB), disse na sexta-feira que existe a possibilidade de um acordo partidário para que seja excluído do projeto o polêmico anexo. Pimentel afirmou, porém, que pretende votar o texto sem mudanças. “A comissão não fez nada de ilegal.”

Foram aprovados na comissão cinco destaques para votação em separado apresentados pelo deputado Giovanni Queiroz

(PDT-PA), que retiram R\$ 289 milhões em investimentos para o Anel Rodoviário de São Paulo e para obras de quatro tribunais de Justiça em Brasília.

As verbas cortadas, no entanto, deverão ser recuperadas na votação em Plenário, uma vez que o relator comprometeu-se a apresentar um adendo com todas as propostas rejeitadas.

Em relação ao Anel Rodoviário, a retirada de R\$ 224 milhões dos R\$ 264 milhões previstos para a rodovia foi fruto de uma

confusão dos parlamentares, que acreditavam estar votando o parecer do relator, pela rejeição, enquanto o tema em análise era o próprio destaque.

Pimentel assegurou que manterá os recursos para o Anel, bem como para os tribunais, que perderam R\$ 65 milhões.

O adendo incluirá pelo menos outros três destaques de Queiroz que questionam gastos de R\$ 311,7 milhões previstos para obras na Câmara dos Deputados.



Presidida pelo senador José Maranhão (C), Comissão de Orçamento aprovou anexo com previsão de recursos para emendas parlamentares, o que gerou protestos

Em protesto, tucanos anunciam retirada da CMO

O PSDB anunciou na quinta-feira a retirada dos 12 membros do partido da Comissão Mista de Orçamento (CMO). A retirada foi em protesto contra a manutenção, na proposta orçamentária de 2008, de um anexo que libera verbas de R\$ 534 milhões para emendas de parlamentares. Os tucanos também anunciaram que obstruirão a votação do texto orçamentário no Plenário do Congresso nesta semana.

– O PSDB decidiu obstruir duramente a aprovação do Orçamento, além de manter a obstrução às votações no Senado. Enviei ofício à Mesa do Senado retirando todos os membros do PSDB da Comissão de Orçamento – disse o líder do partido, senador Arthur Virgílio (AM).

A CMO aprovou na madrugada de quarta para quinta-feira a proposta orçamentária com o anexo de metas e prioridades que prevê a liberação de R\$ 534 milhões para obras localizadas em bases eleitorais de diversos parlamentares. Os dirigentes da comissão haviam fechado acordo com a oposição para retirar o anexo da peça orçamentária, mas o mantiveram no texto final aprovado.

Oito deputados e quatro sena-

dores do PSDB que integram a CMO como titulares e suplentes decidiram deixar os cargos em represália à quebra do acordo.

A legislação em vigor fixa que o Executivo envie o anexo de metas e prioridades quando submete ao Congresso a proposta orçamentária. Como isso não aconteceu, a CMO optou por inserir esse anexo no relatório final do Orçamento, em decisão referendada pelos integrantes do colegiado. Os gastos do anexo não se confundem com as emendas parlamentares propriamente ditas, que somam R\$ 15,2 bilhões.

Em decorrência da inclusão do anexo, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, defendeu que sejam feitas mudanças no funcionamento da comissão e disse que se reunirá com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para propor a criação de um comitê para discutir melhorias na tramitação do Orçamento.

– Não podemos ficar à mercê de uma Comissão de Orçamento que compromete o Congresso. Não estou dizendo que todos são responsáveis por isso que está havendo, mas são alguns que insistem em realizar manobras – frisou Garibaldi.

Obras irregulares terão verbas suspensas

Foi aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO), na última terça-feira, o relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves. O relatório determinou a suspensão dos recursos destinados a 65 obras com problemas de diversos tipos, como falta de licenciamento ambiental, direcionamento de edital e superfaturamento.

Esses empreendimentos serão listados no chamado Anexo VI do Orçamento e não poderão

receber dinheiro enquanto as irregularidades não forem corrigidas pelos responsáveis. Caso sejam regularizados, voltam a receber imediatamente.

Ao todo, o comitê analisou 140 obras. O deputado Eduardo Valverde (PT-RO), coordenador do grupo, informou que “cerca de 90%” das obras consideradas irregulares são estradas ou açudes distribuídos por todo o país. Até a conclusão da votação da lei orçamentária, a lista de empreendimentos pode crescer ou diminuir, dependendo de even-

tuais novos avisos do Tribunal de Contas da União (TCU).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (que baliza a elaboração do Orçamento) define como indícios de irregularidades graves “os atos e fatos que recomendem a suspensão cautelar das execuções físicas, orçamentária e financeira do contrato, convênio ou instrumento congêneres”.

O TCU fiscalizou 231 obras em 2007, com investimentos de mais de R\$ 23 bilhões. Os contratos com problemas graves somavam R\$ 5 bilhões.

Siga Brasil é exemplo na ONU

O Siga Brasil, portal do Orçamento do Senado, foi citado recentemente como exemplo mundial de sucesso no uso da internet para divulgar o andamento do processo orçamentário.

A menção ao portal brasileiro foi feita no World e-Parliament Report 2008, publicação que busca analisar como as casas legislativas mundo afora estão usando as novas tecnologias para auxiliar no papel de legislar e para conectar os parlamentares com seu eleitorado.

Trata-se de uma parceria da Organização das Nações Unidas com a Inter-Parliamentary Union

e o Global Center for Information and Communication Technologies in Parliament.

O Siga Brasil traz informações que vão desde a fase de proposição do Orçamento pelo Executivo, passando pela aprovação no Congresso até a etapa de monitoramento dos gastos públicos.

Seus objetivos incluem, principalmente, subsidiar o trabalho dos parlamentares e garantir transparência à execução do Orçamento.

O portal foi criado há oito anos, inicialmente para uso do interno da Consultoria de Orça-

mentos, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf), numa parceria com a Secretaria Especial de Informática da Casa (Prodasen).

Para dar uma idéia do crescimento do acervo de dados, em 2001, um ano após seu lançamento, o site contabilizava 1,9 milhões de registros de informação. No ano passado, superou a marca de 230 milhões de registros. Por causa desse acervo, os usuários do portal fazem cerca de 8 mil pesquisas por mês.

O endereço do Siga Brasil na internet é www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/SigaBrasil.

TRIBUTAÇÃO Seis anos após a posse do presidente Lula, governo enfim envia proposta de mudanças dos impostos

Garibaldi quer reforma votada em seis meses

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, disse esperar que, em seis meses, a proposta de reforma tributária do governo tenha a votação concluída no Congresso. O projeto foi entregue na quinta-feira passada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, a Garibaldi e ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia.

– Tenho de ser otimista. Trabalho com a perspectiva de que até o final de agosto a proposta seja votada – disse o senador.

O calendário é apertado devido às eleições municipais em outubro. Isso porque o pleito tende a diminuir o ritmo dos trabalhos no Congresso, uma vez que muitos parlamentares participam de campanhas em seus estados.

– O problema é mais de vontade política do que da eleição municipal. Se os congressistas tiverem vontade de fazer uma reforma, a eleição não vai atrapalhar – afirmou Garibaldi.

Garibaldi observou que o momento atual é adequado para fazer uma reforma tributária, porque o país está crescendo economicamente e, cada vez mais, tornando-se capaz de promover uma distribuição de renda.

– [A reforma] é uma aspiração de toda a sociedade brasileira, de todos aqueles que se constituem em produtores de riquezas, entre eles os próprios trabalhadores – frisou.

A matéria começa a tramitação pela Câmara e depois segue para o Senado. Por ser uma

proposta de emenda à Constituição (PEC), precisa passar por dois turnos de votação nas duas Casas, com aprovação mínima de três quintos dos parlamentares.

Chinaglia informou na quinta-feira que instalaria imediatamente uma comissão especial para analisar a PEC da reforma

tributária. Ele anunciou ainda que fará reuniões com líderes partidários para discutir as indicações dos integrantes da comissão e também para articular os interesses que giram em torno da reforma.

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que o governo não deixará

de editar medidas provisórias consideradas urgentes para que a oposição concorde em votar o projeto de reforma tributária.

– Não será a edição de medidas provisórias que irá prejudicar o andamento da PEC – disse Jucá.

Líderes da oposição saíram da reunião com Mantega reclamando do excesso de MPs, que poderiam prejudicar o rápido andamento da reforma no Parlamento.

Chinaglia diz que vai instalar rapidamente a comissão de análise da PEC

Para Mantega, medidas acelerarão crescimento

Mais de seis anos após a primeira posse de Luiz Inácio Lula da Silva no governo, chegou ao Congresso o projeto de reforma tributária. O texto, apresentado na semana passada pelo ministro Guido Mantega, prevê, por exemplo, a consolidação de diversos tributos federais no chamado Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) e a uniformização das legislações estaduais que tratam do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

– Este é o momento mais adequado para se fazer a reforma. O que se espera é que haja uma simplificação da estrutura tributária, com a redução do número de tributos – disse Mantega.

Segundo o ministro, com a reforma, o crescimento econômico

brasileiro poderia ser superior ao que o país vem experimentando atualmente.

– Se o crescimento, hoje, por exemplo, é de 5%, ele seria de 5,5% – comentou.

Governadores que visitaram o Ministério da Fazenda nos últimos dias se manifestaram sobre a reforma. O mineiro Aécio Neves afirmou que a iniciativa é necessária, acrescentando que a proposta traz avanços para o sistema tributário, mas que precisará ser aprimorada.

Eduardo Braga, do Amazonas, se declarou favorável à reforma, mas ponderou que as vantagens fiscais da Zona Franca de Manaus devem ser mantidas.

Do lado do empresariado, Armando Monteiro Neto, presi-

dente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), avaliou que a reforma está aquém do que espera o setor. Mas considerou positiva a retomada da discussão sobre o tema e disse esperar que os parlamentares aprimorem as medidas anunciadas.

Ao contrário do que fora previsto inicialmente, o governo não incluiu na proposta a redução na contribuição para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), paga pelas empresas em favor dos empregados. A retirada desse item da matéria fora reivindicada por sindicalistas recebidos pelo presidente Lula na segunda-feira passada.

De acordo com o líder do governo no Senado, Romero Jucá, possíveis sugestões de alteração na contribuição patronal serão levadas ao Congresso Nacional posteriormente, por meio de projeto de lei.

Redução da carga na folha de pagamentos foi retirada do projeto final

Senador critica Lula por “pressionar Legislativo”

Um dia antes de o projeto chegar ao Congresso, o presidente Lula afirmou que, se fosse possível, faria a reforma tributária por decreto.

– Esse negócio de dizer que o governo não faz a reforma tributária... Se o governo pudesse, fazia por decreto. Como não pode, temos que mandar para as instâncias democráticas, e o Congresso é o lugar para votar a reforma tributária – afirmou.

Lula disse esperar que o texto seja votado ainda em 2008, mesmo sendo ano eleitoral.

– Vocês sabem que, a partir de junho, está todo mundo na rua fazendo campanha. Se a política tributária merece a pressa que todo mundo diz que ela merece, penso que eles [os parlamentares] poderiam discutir e votar este ano ainda – comentou.

As declarações não foram bem recebidas por parlamentares da oposição.

– Além do flagrante desrespeito ao Poder Legislativo, fica evidente que o governo já tenta pressionar o Legislativo. Isso é inaceitável! O governo que nos respeite e faça a sua proposta – criticou o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Para o senador Adelmir Santana (DEM-DF), a proposta do governo simplifica o sistema, mas é insuficiente para reduzir a carga tributária. Ele anunciou na sexta-feira que apresentará projeto de lei com propostas de controle do setor para promover a redução “drástica e inexorável” dos impostos no Brasil.



Antonio Carlos Júnior rechaça “pressões” de Lula sobre Congresso

– É preciso estabelecer mecanismo de controle do crescimento dessa carga tributária asfixiante, que limita o desenvolvimento do país – afirmou.



Mantega, Garibaldi e líderes partidários deixam reunião: presidente do Senado se diz confiante em rápida aprovação

Promessa de mudança

Veja o que o projeto enviado pelo Executivo ao Congresso propõe alterar - ou manter - no sistema tributário do país:

- Criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para substituir quatro tributos federais, que seriam extintos: a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Combustível) e o salário-educação.
- Incorporação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
- Unificação das legislações estaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para acabar com a guerra fiscal. Atualmente, cada um dos 26 estados e o Distrito Federal têm regras específicas para o imposto. As novas alíquotas deverão ser definidas pelo Senado.
- Cobrança do ICMS no estado de destino do produto, com manutenção de apenas 2% da alíquota do tributo no estado de origem. O governo prevê uma transição de até seis anos para aplicação das novas regras para o ICMS. Um Fundo de Equalização de Receita (FER) compensaria eventuais perdas de arrecadação em alguns estados.
- Manutenção do Imposto sobre Serviços (ISS), de competência dos municípios.
- Manutenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com caráter seletivo, para fins de política industrial.
- Criação de um fundo nacional para fomentar o desenvolvimento regional.
- Desoneração dos investimentos feitos pelas empresas por meio da redução do prazo para apropriação de crédito gerado na compra de bens de capital.
- A desoneração da folha de pagamento das empresas, com redução da contribuição patronal para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), também chegou a ser apontada pelo governo como um dos pontos da reforma. Mas, após reunião com centrais sindicais, o governo decidiu conduzir a mudança na contribuição previdenciária por meio de projeto de lei, e não na mesma PEC da reforma tributária.

INVESTIGAÇÕES



Jucá (E) fechou acordo pelo qual o PMDB cedeu a presidência da CPI para o PSDB; ao lado, Lúcia Vânia e Marisa Serrano (D), indicada pelos tucanos para presidir a comissão

Arthur Virgílio cobra acordo para CPI

Enquanto o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), confirmou, nessa sexta-feira, a manutenção de acordo com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para garantir para a oposição a presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI mista) dos Cartões Corporativos, o líder do PT na Câmara, deputado Maurício Rands (PE), afirmou que seu partido quer presidir as investigações. “O PT quer um formato mais eficiente para a CPI”, explicou Rands.

Arthur Virgílio já havia cobrado, na quinta-feira, o cumprimento do acordo, pelo qual o PMDB cedeu a presidência da CPI para o PSDB. A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) foi a indicada dos tucanos.

– Não somos peteca nem ioiô

para ficarmos de um lado para o outro, cada dia com um pretexto novo. Queremos apurar. Se sentirmos que essa lengalenga não pára, a gente apura só no Senado – ameaçou Arthur Virgílio, para quem o protesto ensaiado pela bancada do PT na Câmara não passa de manobra para postergar o início das investigações.

A bancada petista indicou para relator o deputado Luiz Sérgio (RJ) e não teria ficado satisfeita com o acordo, por entender que o presidente da CPI tem poder de decisão maior. O líder do governo na Câmara, deputado Henrique Fontana (PT-RS), disse que “a posição do partido deverá se resolver nos próximos dias”. E afirmou que a criação de uma CPI só no Senado “seria ridícula”.

Virgílio afirmou que a oposição

entra com boa-fé numa CPI em que é minoria, mas, observou, “é preciso haver cumprimento de palavra, decência e generosidade”. Marisa Serrano afirmou que, como presidente da CPI, adotará uma posição de equilíbrio. E negou “acordão” para beneficiar políticos do PT e do PSDB.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou a indicação de Marisa e criticou as declarações de Luiz Sérgio. “O que ele quer? Trabalhar com presidente e maioria do governo para não investigar nada? Vamos fazer um trabalho que dignifique o Congresso”, disse Simon.

DEM e PSDB já indicaram os participantes da CPI. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, aguardará as indicações até terça-feira.

Entendimento preserva Senado, avalia Renato Casagrande

Sobre o acordo entre a oposição e o governo para a presidência da CPI Mista dos Cartões Corporativos, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) considera que venceu a decisão de se preservar o Senado.

– Para o governo, pode ter ficado um mal-estar, mas, para o Senado, foi fundamental – afirmou.

Casagrande sugeriu que os trabalhos da CPI comecem pelos relatórios que já existem e que originaram as denúncias.

No ano passado, a senadora Marisa Serrano foi um dos três relatores do processo por

quebra de decoro parlamentar enfrentado pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que Marisa Serrano vai estabelecer um roteiro próprio de investigação, mas lhe parece lógico que deve começar pela convocação dos ministros claramente envolvidos e por um pedido de transferência do sigilo de todos os cartões corporativos, inclusive aqueles utilizados pela Presidência da República.



Alvaro Dias, Agripino, Virgílio, Guerra e Jereissati: oposição vence queda-de-braço na CPI

Jorge Lorenzetti depõe nesta quarta-feira

Jorge Lorenzetti, ex-dirigente da ONG Unitrabalho e amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, presta depoimento na manhã desta quarta-feira na CPI das Organizações Não-Governamentais. Lorenzetti, conhecido como churrasqueiro do presidente, foi acusado de envolvimento na compra de um dossiê falso para prejudicar José Serra nas últimas eleições para o governo de São Paulo.

Arquimedes Ciloni, presidente da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, a Unitrabalho, também

vai depor. A ONG teria recebido do governo federal cerca de R\$ 18,5 milhões. Encarregado de investigar as contas da Unitrabalho, Airton Grazioli, curador de fundações da Promotoria de Justiça Cível e Fundações de São Paulo, foi convidado para participar da reunião.

A convocação de Jorge Lorenzetti foi aprovada por um placar apertado: 4 senadores a favor, 4 contra e 1 abstenção. O voto para o desempate coube ao presidente da CPI, senador Raimundo Colombo (DEM-SC). Alvaro Dias (PSDB-PR), que requereu

a convocação, declarou que ela não tem “nenhuma conotação política”.

A CPI acolheu também requerimentos pedindo informações a várias instituições sobre aplicação de recursos federais. Na semana passada a CPI aprovou requerimentos convocando vários integrantes de ONGs para prestar depoimento. Foi retirado de pauta, porém, requerimento que convidava o procurador da República Celso Antônio Três para fazer uma exposição sobre as investigações de denúncias ligadas a ONGs.

ONGs: reitor da UnB é convocado e Heráclito denuncia “sabotagem”

A CPI das Organizações Não-Governamentais aprovou em bloco 34 requerimentos convocando vários dirigentes de ONGs para depor. Entre eles, o presidente da Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), Antônio Manoel Dias Henrique, e o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland. Eles foram convocados em decorrência da reforma de luxo, paga pela Finatec, no apartamento funcional do reitor.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI), que propôs a criação da CPI, cobrou resultados. Os trabalhos da CPI não decolam em virtude de uma “sabotagem” patrocinada pelos senadores da base do governo e por poderosas ONGs,

denunciou Heráclito.

– Essa CPI foi instalada com um grande número de assinaturas de parlamentares e não pode ficar na situação em que se encontra. Se o marasmo persistir, vou aconselhar o presidente da CPI, senador Raimundo Colombo, a pedir ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, o encerramento dos trabalhos – declarou.

Instalada em 3 de outubro de 2007, a CPI das ONGs já realizou 11 reuniões. Até agora, a comissão não aprovou nenhum pedido de quebra de sigilo bancário de pessoas ou entidades supostamente envolvidas em malversação de recursos. O prazo final dos trabalhos da CPI – que pode ser prorrogado por mais 120 dias – está marcado para 12 de maio.



Exedito Júnior (E) e Heráclito, que acredita em ação patrocinada pelos senadores governistas e poderosas ONGs

PESQUISA Tribunal deve se manifestar sobre uso de embriões humanos congelados na busca de cura para doenças

Liberação de pesquisas foi tema de audiência no STF

Um debate no Supremo Tribunal Federal ocorrido em abril do ano passado, convocado pelo ministro relator da ação direta de inconstitucionalidade, Carlos Ayres Britto, reuniu especialistas contra e a favor da pesquisa com células-tronco embrionárias. O evento – a primeira audiência pública realizada no Supremo – contou com a participação da professora da Universidade de Brasília (UnB), Lenise Aparecida Martins Garcia, que falou sobre a autonomia do embrião humano e defendeu a tese

de que a vida humana começa na fecundação. Segundo a professora, assim como a lagarta e a borboleta são diferentes fases da vida de uma mesma espécie, “o embrião humano já é da espécie *homo sapiens*. O indivíduo não precisa começar a manifestar sua sabedoria para ser considerado humano”.

O médico Marcelo Vacari Mazzenoti, cirurgião plástico especializado em lidar com crianças com má-formação, afirmou não ser necessária a utilização de células-tronco embrionárias para a medicina. “Podemos utilizar células-tronco adultas em diversas situações, como doença de Chagas, doenças auto-imunes, acidentes vasculares cerebrais, lesões de medula espinhal e doenças genéticas, entre outros. Quanto à utilização de células-tronco embrionárias, não há fato objetivo e concreto que confirme a sua utilidade”, declarou.

Por outro lado, o vice-presidente da Federação das Sociedades de Biologia Experimental e professor de Fisiologia da



Procurador-geral em 2005, Fonteles ajuizou ADI contra Lei de Biossegurança

Unifesp, Luiz Eugênio de Moraes Melo, argumentou que o maior potencial de uso das células-tronco embrionárias é o sistema nervoso. De acordo com ele, quando se fala em doenças do coração, do fígado ou outro órgão, existe a possibilidade de se fazer um transplante, “mas a situação é diferente para o sistema nervoso”, frisou.

A antropóloga Débora Diniz, da UnB, disse acreditar que o “deslocamento do debate para a questão da reprodução humana impede que se avalie com razoabilidade a ética da pesquisa com embriões inviáveis e congelados”. Para ela, a discussão moral sobre reprodução humana é objetivo de intensa controvérsia religiosa na sociedade, e a proibição de pesquisas com células-tronco embrionárias “pressupõe que esses embriões, congelados, devem ser protegidos tanto quanto as pessoas, as crianças e os doentes”. A antropóloga disse vislumbrar que, com as pesquisas, “todos nós um dia seremos beneficiados”.

Abrangência da lei dificultou sua tramitação no Congresso

Um dos principais motivos para a polêmica que cercou a tramitação da Lei de Biossegurança no Congresso refere-se à sua abrangência. A junção de assuntos muito diversos começou quando o Executivo enviou à Câmara, em 2004, projeto que buscava solução definitiva para a polêmica em torno do plantio de soja transgênica e juntou à proposta sobre o plantio e co-

mercialização de organismos geneticamente modificados (OGMs) a questão da liberação de pesquisas com células-tronco embrionárias, entre outras determinações.

O projeto foi analisado por uma comissão especial. O parecer do então deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) – que autorizava as pesquisas com células-tronco, a

clonagem terapêutica e o plantio e comercialização de transgênicos – estava pronto para ser levado ao Plenário da Câmara quando, às vésperas da votação, Rebelo foi nomeado ministro e substituído na relatoria por Renildo Calheiros (PCdoB-PE), que retirou do texto a clonagem terapêutica e as pesquisas com células-tronco embrionárias.

No Senado, após a realização de audiências, o relatório do então senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manteve o veto à clonagem terapêutica de embriões, mas retomou a autorização para pesquisas com células-tronco embrionárias. De volta à Câmara, a proposta sofreu pressões, mas ao final, com exceção do Prona, todos os partidos manifestaram-se favoráveis à matéria.

Mesmo texto tratou de temas diversos como plantio de OGMs e clonagem

Supremo decide terça sobre células-tronco

O futuro das pesquisas com células-tronco embrionárias está na mão dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que devem decidir, nesta terça-feira, se os embriões que estão congelados em laboratórios e clínicas de reprodução assistida há mais de três anos poderão ser utilizados em pesquisas para cura e tratamento de doenças neurodegenerativas e incapacitantes.

A lei que autoriza o uso das células-tronco (Lei de Biossegurança 11.105/05) foi aprovada pelo Congresso e sancionada em março de 2005. Em maio do mesmo ano, o então procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) argumentando que o uso de embriões para pesquisa fere o direito à vida e à dignidade humana.

De acordo com a Lei de Biossegurança, só poderão ser usadas em pesquisa e terapia as células-tronco obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização e não utilizados neste procedimento que sejam considerados inviáveis ou estejam congelados há ao menos três anos. Outra condição é o consentimento dos genitores para o uso, além do exame e da aprovação dos projetos por comitês de ética em pesquisa.

Entidades como a Academia Brasileira de Ciências, a Federação de Sociedades de Biologia



Cientistas avaliam que a cura ou melhora de doenças como câncer, Parkinson, diabetes e secção da medula pode vir dessas pesquisas

Experimental e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) defendem sua utilização em pesquisas e explicam que as células-tronco encontradas em

embriões humanos de até 14 dias são as únicas capazes de formar os 216 tipos de tecidos do corpo humano, inclusive neurônios. Mayana Zatz, geneticista e diretora do Centro de Estudos do Genoma Humano da USP, considera que, “se tiver um tratamento lá fora, somente os pacientes que tiverem poder aquisitivo vão poder buscar esse tratamento. E nós vamos ter que pagar uma fortuna [em royalties] para trazer qualquer tecnologia para cá”.

As pesquisas com células-tronco estão liberadas na maioria dos países europeus, no Canadá, Austrália, Japão e Israel. A Comunidade Européia aprovou verbas para esse investimento, permitindo também que os governos destinem recursos para o mesmo fim.



Portadores de deficiência acompanharam na Câmara a votação da Lei de Biossegurança, em março de 2005, e comemoraram sua aprovação

Flávio Arns e Cristovam, duas visões

“Quando há a fertilização em laboratório, a concepção já ocorreu e, segundo a Constituição, a vida começa na concepção, devendo ser protegida a partir de então”, afirma Flávio Arns (PT-PR).

O senador relata que, logo após a aprovação da lei no Congresso, ele e a então senadora Heloísa Helena, que votaram contra, entraram com pedido para que o então procurador-geral da República questionasse no Supremo a constitucionalidade do artigo 5º da nova legislação.

Arns discorda dos argumentos daqueles que defendem as pesquisas alegando que os embriões estocados nas clínicas não

seriam utilizados. Ele também lembrou que o Conselho Federal de Medicina proíbe a produção de embriões além da quantidade prevista para ser implantada no útero. “Os médicos deveriam ter a ética de não fazer isso, pois hoje está acontecendo algo ao arrepio da lei”, opinou.

Já Cristovam Buarque (PDT-DF) declarou que, levando em conta o bem-estar de milhões de pessoas que sofrem hoje de doenças degenerativas que poderão ser curadas com a pesquisa de células-tronco embrionárias, ele se manifesta favorável à medida. Para o senador, não se trata da interrupção da vida, mas sim da utilização de embriões congela-

dos que não se transformariam em vida. Afirmarões nesse sentido, destacou, foram feitas por diversos cientistas consultados por ele.

Cristovam também considera positivo ouvir os ministros do Supremo, sem restringir a decisão ao Congresso. “É preciso que seja analisada a relação da decisão política com a visão de mundo do conjunto da sociedade brasileira, observando o aspecto da ética. Pode haver uma lei que eu defenda, mas que se choque com a maneira como o brasileiro, com suas raízes cristãs, pensa o assunto”, disse o senador, apontando que a questão só não é mais polêmica que a do aborto.

BIOCOMBUSTÍVEIS Dilemas do novo setor, como preço melhor e regras ambientais, serão discutidas pelo Senado

Álcool à espera do mercado anunciado

O incentivo à produção de biocombustíveis aumentou a área plantada de matérias-primas, especialmente de cana-de-açúcar, mas o tão esperado mercado não apareceu.

Essa e outras questões serão debatidas pela Subcomissão dos Biocombustíveis, que funciona no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e que na última quarta-feira aprovou a realização de três audiências públicas.

Um dos aspectos a ser discutido é a expansão da produção de álcool na visão dos produtores.

– A produção nacional cresceu numa velocidade muito rápida, mas não há mercado. Apesar de buscarmos trabalhar a questão ambiental, os outros países também buscam a segurança energética, ou seja, produzir o seu próprio combustível, por isso não estão comprando o nosso produto. Nossa situação é crítica e pode piorar – diz o presidente da subcomissão, senador João Tenório (PSDB-AL).

Desde 2006, o plantio da cana tem se expandido significativamente e tomou área de outras culturas, como a soja e o milho. A extensão ocupada para a safra 2007/2008 é de 6,92 milhões de hectares, superior em 12,3% à da safra anterior, conforme dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A produção nacional de cana destinada à indústria sucroalcooleira é de 473 milhões de toneladas, um aumento de 11,1% em relação à safra 2006/2007, sendo 53,08% para a produção de álcool.

Setor amarga perdas e pede melhor preço

No ano passado houve um boom na abertura de novas usinas canavieiras. Com o sucesso comercial dos veículos abastecidos com gasolina ou álcool, elas apostaram na crescente demanda do produto – e na maior demanda mundial do biocombustível, devido às preocupações ambientais.

– Houve um chamamento do governo para que se plantasse cana e fossem abertas novas usinas e todos responderam rapidamente, mas os mercados prometidos não aconteceram. O setor produtivo não tem mais margem para agüentar essa situação – afirma Edison Ustulin, presidente da Comissão Nacional de Cana-de-Açúcar, que reúne 60 mil produtores.

O presidente da União de Produtores de Bioenergia, José Carlos Toledo, explica que as novas indústrias têm um custo muito mais alto de produção e precisam ter uma melhor remuneração do produto para que possam manter todo o investimento feito.

– Hoje paga-se, em média, R\$ 0,80 pelo litro de álcool hidratado, para veículos, mas precisaríamos receber pelo menos R\$ 0,95 – afirma Toledo.



Área plantada de cana cresceu 12,3%, mas o setor não viu retorno por falta de bom preço e compradores. João Tenório (E) e Neuto de Conto querem buscar soluções



Definição de zoneamento em debate com ministra

O zoneamento agrícola brasileiro e a expansão de culturas para biocombustíveis, que são originados da mistura de uma ou mais plantas, também serão tratadas em audiência pública, com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. – Esse é um dos temas que mais trazem inquietação no cenário nacional e internacional. Precisamos saber onde e o que se pode produzir como matéria-prima para os biocombustíveis, já que há toda uma preocupação com o meio ambiente – diz o senador João Tenório. O aumento da produção de cana-de-açúcar está sendo apontado por ambientalistas como mais uma frente da expansão do desmatamento na região amazônica, o que é refutado pelo senador. – A cana não é propícia para aquela região. Apenas 950 mil toneladas dos 500 milhões produzidos são do bioma amazônico. Isso não é nada – afirma João Tenório. Apesar de todo o viés de mais limpos, os biocombustíveis nem sempre são os melhores, segundo pesquisadores do Instituto Smithsonian, da base do Panamá. De acordo com o pesquisador William Laurance, o álcool de cana-de-açúcar produz até 60% menos gases de efeito estufa, mas pode causar impactos ambientais maiores quando considerados outros parâmetros, como a grande quantidade de água utilizada na cultura, a poluição de rios e o uso de fertilizantes nitrogenados, além da queima dos campos.

Venda de carne para Europa volta ao debate

A Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu solicitou à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado uma visita no dia 28 de abril para que sejam tratados temas vinculados aos segmentos agroenergético e agropecuário. A solicitação, feita pelo chefe da Delegação da Comissão Europeia, embaixador João Pacheco, visa permitir aos parlamentares europeus aprofundar o debate sobre a utilização de energias renováveis e biocombustíveis, o comércio agrícola bilateral e as iniciativas de sustentabilidade ambiental.

O Brasil vive um momento delicado com a União Europeia (UE) desde que a carne bovina brasileira deixou de ser exportada para o bloco em 1º de fevereiro deste ano. Os europeus não aceitaram as listas de fazendas aptas a exportar apresentadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento.

Desde o último dia 25, uma missão europeia está vistoriando propriedades brasileiras. Na quarta-feira, a UE anunciou a reabertura das importações de carne, inicialmente por apenas 106 fazendas.

CRA analisa recadastramento de imóveis rurais

O recadastramento de imóveis rurais na Amazônia, previsto no Decreto 6.231/07, será discutido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Pelo requerimento da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) aprovado pela comissão, o debate contará com a presença do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hachbart. O decreto, destinado a controlar o desmatamento na Amazônia, estaria trazendo dificuldades a 36 municípios de Mato Grosso, Rondônia, Pará e Amazonas.

Comissão discute desmatamento na Amazônia

O aumento nos índices de desmatamento da floresta amazônica e as ações que o governo irá adotar para combater essa prática serão objeto de audiência pública na Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas. A iniciativa foi do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que quer ouvir representantes do Executivo sobre o assunto nesta quinta-feira.

A audiência deverá contar com representantes dos ministérios do Meio Ambiente; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Justiça; da Ciência e Tecnologia; e do Desenvolvimento Agrário.



Fonte: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Distribuição da produção de álcool mundial (em mil m³)

PAÍS	2004/2005	2005/2006	2006/2007
Estados Unidos	13,43	16,20	17,20
Brasil	15,40	16,06	17,50
União Europeia	2,60	3,00	3,53
França	0,83	0,91	1,10
Alemanha	0,27	0,43	0,80
Ásia	6,40	6,60	7,30
China	3,70	3,80	4,10
Índia	1,70	1,70	2,30
África	0,60	0,60	0,60
Outros	2,50	3,60	3,87
Mundo	40,93	46,06	50,00

Ano letivo do ILB e da Unilegis começa com mais de cem cursos

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), que integram o sistema de educação do Senado, dão início ao ano letivo de 2008 no dia 11 de março. São mais de cem cursos presenciais e de

ensino a distância, em várias áreas do conhecimento, oferecidos aos servidores dos legislativos federal, estaduais e municipais, além de outras instituições

públicas conveniadas. O ano letivo será aberto com uma saudação do presidente do Senado, Garibaldi Alves, e com aula inaugural do senador Efraim Morais.

As aulas começam no dia 17 de março.



MOREIRA MARIZ



JOSE CRUZ



CÉLIO AZEVEDO

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO

INSTITUTO LEGISLATIVO
BRASILEIRO

Na primeira foto (E), o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio, assina protocolo com o ILB, ao lado de Efraim Morais, Agaciel Maia e Denise Zoghbi; em sentido horário, sala de aula do ILB; seminário realizado pelo ILB e Idelb; público assiste a palestra no instituto; formatura no curso de alfabetização; prova em sala de aula; e Efraim, Marco Túlio de Melo e Vânia Maione



JOSE CRUZ



JOSE CRUZ

Simpósio irá debater temas constitucionais

O I Simpósio Brasileiro de Estudos Constitucionais é um dos projetos do ILB e da Unilegis para comemorar os 20 anos de promulgação da Constituição, que também será tema de seminário internacional programado para maio.

Confira os cursos oferecidos em 2008

Orçamento Público e Ciência Política são alguns dos cursos de pós-graduação da Unilegis. ILB tem ampla gama de cursos presenciais e a distância, com e sem tutoria.

Mais de 5 mil inscritos no ensino a distância

Os cursos a distância do ILB e da Unilegis receberam este ano mais de 5 mil inscrições, um aumento de 55% em relação a 2007.

Cursos beneficiam servidor do Legislativo

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) oferece este ano oito cursos de ensino a distância com tutoria (acompanhamento) e cinco sem tutoria (autoinstrucionais). Todos eles são abertos aos servidores dos legislativos federal, estaduais,

municipais e distrital. Há também seis cursos de informática (sem tutoria), que serão ministrados pela intranet exclusivamente aos servidores do Senado. A página do ILB na internet mostra como se matricular: ww.senado.gov.br/ilb.

Cursos a distância sem tutoria

Desenvolvimento Gerencial

- **Objetivo:** disseminar conhecimentos básicos e atualizados sobre liderança no setor público
- **Carga horária:** 20 horas

Excelência no Atendimento

- **Objetivo:** apresentar informações gerais a respeito do atendimento ao público sob a ótica da qualidade e da excelência
- **Carga horária:** 20 horas

O Papel do Senado como Estrutura de Poder Político

- **Objetivo:** possibilitar a todos os interessados o conhecimento básico da atuação e do funcionamento do Senado Federal
- **Carga horária:** 20 horas

Princípios Constitucionais do Poder Legislativo

- **Objetivo:** analisar as atribuições do Poder Legislativo brasileiro à luz do texto constitucional
- **Carga horária:** 20 horas

Processo Legislativo

- **Objetivo:** conceituar as partes que compõem o processo legislativo e identificar os aspectos e as rotinas dos procedimentos legislativos
- **Carga horária:** 20 horas

Cursos Intranet

O computador, como funciona

- **Objetivo:** familiarizar o aluno com o microcomputador e ajudá-lo a desenvolver apresentações e/ou aplicativos multimídia
- **Carga horária:** 20 horas

Windows 2000

- **Objetivo:** demonstrar as diversas ferramentas do Windows 2000 e proporcionar ao aluno sua utilização cotidiana
- **Carga horária:** 20 horas

Word 2000

- **Objetivo:** apresentar ao aluno os diversos recursos do editor de textos Word 2000 e capacitá-lo para a utilização cotidiana do programa
- **Carga horária:** 20 horas

Access 2000

- **Objetivo:** demonstrar os recursos e as ferramentas do Access, gerenciador de banco de dados desenvolvido para ambiente Windows
- **Carga horária:** 20 horas

Excel 2000

- **Objetivo:** treinar o aluno para a utilização do programa de planilhas eletrônicas Excel 2000, familiarizando-o com os recursos oferecidos
- **Carga horária:** 20 horas

Power Point 2000

- **Objetivo:** demonstrar as ferramentas principais do programa de apresentação eletrônica Power Point e treinar o aluno para sua utilização
- **Carga horária:** 20 horas



O aluno precisa ter acesso à internet para se matricular em um dos cursos de educação a distância

Cursos a distância com tutoria

Gestão Administrativa do Setor Público

- **Objetivo:** disseminar conhecimentos atualizados sobre o inter-relacionamento e a liderança no setor público, permitindo o desenvolvimento pessoal e a capacitação do aluno a partir das novas abordagens de gestão administrativa nas instituições públicas
- **Carga horária:** 80 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Economia Descomplicada

- **Objetivo:** difundir conhecimentos sobre Macroeconomia, Microeconomia, Economia do Setor Público e Finanças Públicas, com uma linguagem clara e de fácil entendimento
- **Carga horária:** 80 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Doutrinas Políticas Contemporâneas

- **Objetivo:** conhecer quatro grandes correntes políticas - o Liberalismo, o Socialismo, a Social-Democracia e as Novas Esquerdas - e analisar o significado das principais correntes de pensamento que orientam os partidos políticos de maior expressão
- **Carga horária:** 60 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Licitações e Contratos Administrativos

- **Objetivo:** proporcionar o conhecimento da legislação concernente a licitações e contratos administrativos no setor público
- **Carga horária:** 60 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Fundamentos da Integração Regional: o Mercosul

- **Objetivo:** instruir o aluno sobre os fundamentos de processos de integração regional em geral, com especial ênfase no Mercosul e no papel a ser desempenhado pelos congressos nacionais no contexto da conformação do bloco econômico
- **Carga horária:** 80 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Introdução às Relações Internacionais I

- **Objetivo:** instruir o aluno em aspectos de relações internacionais que lhe permitam a eficiente aplicação em suas atividades de assessoria parlamentar ou governamental
- **Carga horária:** 60 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Introdução às Relações Internacionais II

- **Objetivo:** aprofundar o conhecimento sobre aspectos de relações internacionais, capacitando o aluno para assessoria parlamentar ou governamental
- **Carga horária:** 35 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Direito Eleitoral

- **Objetivo:** tornar acessíveis os elementos essenciais do Direito Eleitoral e as informações comentadas sobre a regulamentação do TSE para as eleições
- **Carga horária:** 60 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

MÁRCIA KALUME



Os cursos priorizam a formação de recursos humanos para atuar na área legislativa

Na Unilegis, graduação e pós-graduação

Pioneira no ensino e desenvolvimento de pesquisa e cursos de extensão sobre o Legislativo, a Unilegis oferece cinco cursos presenciais em seu programa de pós-graduação e um de graduação na modalidade de ensino a distância. São cursos em áreas de aperfeiçoamento do processo legislativo. Informações podem ser obtidas pelo telefone 61 3311-5201, e-mail unilegis@senado.gov.br e no endereço www.senado.gov.br/unilegis.

Pós-Graduação presencial

Administração Legislativa

- **Objetivo:** formar servidores capazes de incorporar novas técnicas e tecnologias aos processos administrativos no âmbito do Poder Legislativo.
- **Carga horária:** 360 horas
- **Duração:** 18 meses

Orçamento Público

- **Objetivo:** gerar e disseminar conhecimentos e competências na administração pública, notadamente na área de orçamento público.
- **Carga horária:** 380 horas
- **Duração:** 18 meses

Comunicação Legislativa

- **Objetivo:** suprir as necessidades dos profissionais das diversas áreas de comunicação do Poder Legislativo e propiciar reflexões críticas da comunicação pública.
- **Carga horária:** 360 horas
- **Duração:** 18 meses

Ciência Política

- **Objetivo:** agregar aos servidores novas habilidades e competências essenciais ao aprimoramento técnico-profissional e ético-comportamental. E, ainda, fornecer conhecimentos teóricos em reorganização do atual sistema político.
- **Carga horária:** 360 horas
- **Duração:** 18 meses

Direito Legislativo

- **Objetivo:** suprir as necessidades dos profissionais que atuam diretamente na área jurídica ou no assessoramento à elaboração de leis.
- **Carga horária:** 360 horas
- **Duração:** 18 meses

Graduação a distância *

Graduação Tecnológica em Administração Legislativa

- **Objetivo:** promover a reciclagem e a capacitação profissional dos servidores de nível superior na área de administração legislativa.
- **Carga horária:** 360 horas
- **Duração:** 18 meses

* em parceria com a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)

ILB oferece cursos de capacitação presenciais

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) oferece várias opções de cursos presenciais. São todos gratuitos, mas os alunos que iniciarem as aulas e desistirem ficarão impedidos de se matricular no período seguinte. Havendo vagas, alguns cursos podem ser frequentados pelo público em geral.

O conteúdo dos cursos é dividido em unidades, módulos e aulas, com exercícios de aprendizagem e duas avaliações, uma por unidade e outra final. O material

didático é enviado por e-mail ao aluno, que poderá imprimi-lo. São pré-requisitos para a inscrição nos cursos: possuir acesso à internet, conta de correio eletrônico e processador de textos compatível com documentos do Microsoft Word.

A direção do ILB recomenda que em determinados cursos o aluno esteja fazendo ensino superior. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 61 3311-3394, pelo e-mail ilb@senado.gov.br e no endereço www.senado.gov.br/ilb.

CARLOS STUCKER/ILB



Frequentam as aulas do ILB funcionários do Legislativo e, quando há vagas, o público externo

Administração

- Formação para Chefe de Gabinete
- Secretariado Básico/Avançado
- Sistemas para Gabinete
- Técnicas de Redação Oficial

Área Legislativa

- Administração Legislativa
- Legislação do Setor Público
- Noções de Técnicas Legislativas
- Processo Legislativo Básico/Avançado
- Regimento Interno
- Regulamento Administrativo

Braile

- Braile Fácil
- Dasvox
- Dusbury
- Normas Técnicas para Produção de Textos em Braile
- Nova Grafia Braile da Língua Portuguesa
- Revisor Braile
- Transcritor Braile

Ciências Políticas

- A Dinâmica dos Poderes da República
- Estratégia Eleitoral
- Ética e Direitos Humanos*
- Formação Política do Brasil
- Fundamentos de Ciência Política
- Introdução à Antropologia Política I, II e III
- Introdução às Relações Internacionais – módulos I, II e III
- O Mercosul e outros Processos de Integração Regional
- O Poder Legislativo e a Política Externa Brasileira
- Partidos Políticos no Brasil
- Questões Internacionais Contemporâneas
- Segurança Nacional, Defesa e o Poder Legislativo no Brasil

- Extensão em Controle de Constitucionalidade*

Áudio e Digitalização

- Comunicação Social
- Cerimonial Público Legislativo
- Comunicação Institucional Básica
- Introdução ao Jornalismo Legislativo

Comunicação Visual

- Adobe Acrobat
- Adobe In Design CS2 Básico/Avançado
- Adobe Photoshop CS2 Básico/Avançado
- Adobe Illustrator
- Corel Draw 12 Básico/Avançado
- Programação Visual Gráfica

Desenvolvimento Gerencial

- Atendimento com Qualidade
- Formação de Multiplicadores e Instrutores
- Formação Básica de Novos Consultores
- Gerenciamento de Projetos – MS – Project
- Gestão Estratégica de Contratos*

Gestão de Pessoas

- Administração do Estresse Ocupacional
- Análise Organizacional
- Comunicação Organizacional
- Defesa Pessoal*
- Desenvolvimento Interpessoal no Legislativo
- Gestão Estratégica do Tempo
- Inteligência Emocional no Ambiente do Legislativo
- Liderança e Desenvolvimento Humano e Organizacional
- Organização e Desenvolvimento de Equipes
- Planejamento Financeiro Pessoal

Informática

- Busca na Web
- Correio Eletrônico (Outlook/Internet)
- Excel Básico/Avançado
- Introdução à Informática
- Internet Básico/Avançado
- Power Point
- Técnicas Multimídias para Apresentação de Trabalhos
- Windows XP/Word Básico

Linguística

- Curso de Oratória*
- Curso Prático de Língua Portuguesa
- Espanhol
- Inglês
- Libras
- Locução e Expressão Vocal
- Noções de Sintaxe
- Oficina de Redação Criativa
- Português Instrumental
- Redação Argumentativa
- Revisão Gráfica
- Oficinas de Leitura e Produção de Textos

Marketing

- Marketing Político
- Marketing Pessoal

Orçamento e Finanças

- Orçamento e Finanças Públicos
- Projeto Siga
- Siasi Operacional
- Teorias da Contabilidade*

Web Multimídia

- 3D Studio Max
- Director MX
- Dreamweaver
- Flash Mx Professional
- Java
- Webdesign

Presidente do Senado faz saudação aos alunos



GERALDO MAGELA

Garibaldi Alves, reitor da Unilegis, participa de solenidade transmitida por videoconferência para assembleias legislativas



JOSÉ CRUZ

Efraim Morais, membro do Conselho Superior da Universidade do Legislativo Brasileiro, profere a aula inaugural do ano letivo

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, abre no dia 11 de março o ano letivo de 2008 do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo (Unilegis), que integram o sistema de educação do Senado. Ele faz uma saudação especial aos novos alunos, em solenidade que será transmitida ao vivo em sistema de videoconferência para as assembleias legislativas de todo o país e pelo canal do ILB no sistema de vídeo interno do Senado.

Efraim Morais (DEM-PB), 1º secretário do Senado e membro do Conselho Superior da Unilegis, profere a aula inaugural, com o tema “Eleição – essência da democracia”.

O consultor legislativo Dirceu Teixeira de Matos apresenta palestra sobre a modernização e a gestão estratégica de contratos no Senado. O tema será tratado em um dos cursos do ILB a ser ministrado neste ano (veja a relação de cursos nas páginas centrais).

Desde fevereiro a nomeação de gestores para os contratos deverá levar em conta, além da experiência, a formação técnica do servidor. De acordo com informações do instituto, o programa de treinamento dos gestores de contrato deve, a partir de agora, ser contínuo.

Também participam da solenidade o diretor-geral do Senado e vice-reitor-executivo da Unilegis, Agaciel Maia, a diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, e a vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione.

Todos os alunos do ILB e da Unilegis, além dos servidores do Senado, estão convidados para a abertura. A solenidade, que tem início às 10h30, ocorrerá no Auditório Antônio Carlos Magalhães, no prédio da Interlegis.

Na abertura do ano letivo em 2007, Efraim Morais afirmou que os órgãos que integram o sistema educacional do Senado constituem o melhor exemplo de como a instituição pode servir à sociedade como espaço de aprimoramento técnico-profissional, reflexão e debate de idéias.



J. FREITAS

Para a diretora Denise Zoghbi, a grande procura demonstra o sucesso dos cursos do ILB

Educação a distância tem quase 5 mil candidatos

Um novo recorde foi estabelecido no número de inscritos na fase de pré-matricula para os cursos de educação a distância do ILB. A procura aumentou em 55% em relação ao ano passado, mesmo com a diminuição do prazo de inscrição para apenas 15 dias. No total, foram 4.878 interessados este ano, contra 3.146 no ano passado.

Os três cursos mais procurados foram o de Gestão Administrativa no Setor Público, com 1.373 candidatos; o de Licitação e Contratos Administrativos, com 1.342 candidatos; e o de Direito Eleitoral, com 967 pré-matriculados.

Os candidatos passam agora por um processo de seleção para o preenchimento das 1.100 vagas disponíveis no primeiro semestre para essa modalidade de ensino. Para a diretora-executiva do instituto, Denise Zoghbi, os números revelam o sucesso do trabalho realizado pelo órgão de educação do Senado Federal.

Segundo a diretora-executiva, o instituto trabalha com a perspectiva de aumentar o número de tutores para atender a essa demanda crescente e, assim, proporcionar a oportunidade para que mais alunos em todo o país possam ser beneficiados por essa modalidade de ensino.

São oito cursos semestrais, em várias áreas do conhecimento, oferecidos aos servidores dos legislativos federal, estaduais, municipais e distrital e, em alguns casos, à população em geral, quando há disponibilidade de vagas.

ILB conta com parcerias no Brasil e no exterior

Em 11 anos, o ILB já qualificou mais de 30 mil técnicos. O número de servidores treinados aumenta a cada ano. Em 2007, foram mais de 12 mil profissionais capacitados, sendo 5.500 em cursos presenciais e 7.012 certificados nos 20 cursos a distância, com e sem tutoria. Reconhecido como um centro de excelência na qualificação de profissionais em todas as esferas do Legislativo, o ILB conta com 78 parceiros institucionais no país, que contribuem para a difusão de seus programas educacionais.

O instituto é também o órgão executivo da Universidade do Legislativo Brasileiro – a Unilegis. Essas instituições buscam ampliar a rede de parceiros. Há dez universidades parceiras. Entre elas, a Universidade de Salamanca, na Espanha, cujo convênio foi formalizado em no ano passado.

Este ano, o ILB oferece mais de cem cursos. Os alunos contam com material de apoio como apostilas, programas de rádio, teleaulas e ferramentas multimídia disponibilizados na página do ILB na internet, no endereço eletrônico www.senado.gov.br/ilb.

Todos os países de língua portuguesa e os integrantes do Mercosul também são parceiros na rede educativa do ILB.

Unilegis trabalha para aprimorar o Parlamento

Pioneira no ensino superior, desenvolvimento de pesquisa e cursos de extensão voltados especificamente ao Legislativo, a Unilegis, criada em 2001, ajuda a formar talentos para aprimorar o trabalho do Parlamento e qualificar o atendimento à sociedade brasileira.

Além das ações nos campos da educação, pesquisa e extensão, a Unilegis tem como missão promover o estudo de questões estratégicas e relevantes para o país, difundindo o papel do Legislativo e das instituições do Estado.

Nesse sentido, a Unilegis tem em seu programa de ações a realização de cursos de graduação e pós-graduação, bem como a promoção de conferências e seminários em áreas essenciais ao aperfeiçoamento do processo legislativo.

De acordo com a vice-reitora acadêmica, Vânia Maione, a Unilegis disponibiliza em seu programa de pós-graduação deste ano cinco cursos presenciais de especialização, nas seguintes áreas: Administração Legislativa, Orçamento Público, Comunicação Legislativa, Ciência Política e Direito Legislativo. E, ainda, o curso de ensino a distância Graduação Tecnológica em Administração Legislativa.

Simpósio debaterá os 20 anos da Constituição

Em comemoração aos 20 anos de promulgação da Constituição federal, o Instituto Legislativo Brasileiro e a Universidade do Legislativo Brasileiro realizam, nos dias 3 e 4 de junho, com apoio da Consultoria Legislativa do Senado, o I Simpósio Brasileiro de Estudos Constitucionais. O simpósio é uma das atividades do programa de estudos avançados do ILB, que busca alternativas para questões da atualidade, a partir de discussões e debates.

Para analisar temas ligados à Constituição, o simpósio reunirá especialistas, parlamentares e autoridades representantes de vários órgãos e instituições do país, como Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Instituto Brasileiro de Direito Público, Senado Federal e universidades do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Brasília.

Outros dois seminários estão programados pelo ILB para este ano, em parceria com a Universidade de Brasília e a Unilegis. Nos dias 15 e 16 de maio, acontece

o seminário internacional “O Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada”, com o apoio do Departamento de Ciências Políticas da UnB.

O evento terá a participação de especialistas de universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra, além de conferencistas brasileiros. Os cinco painéis já estão definidos e abordam os seguintes temas: “20 Anos de Constituição e Presidencialismo de Coalizão”, “Relação Legislativo-Executivo”, “Legislativos Subnacionais Comparados”, “Eleições Legislativas” e, por fim, “Partidos e Oposições na Arena Parlamentar”.

Para o segundo semestre, está programado o II Seminário de Estudos sobre o Legislativo, em parceria com a Câmara dos Deputados e o Departamento de Sociologia da UnB, para debater temas como democracia, cultura política, organização e funcionamento do Legislativo, representação, participação, reforma política e comunicação política.



JOSÉ CRUZ

Senador Marco Maciel fala, no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro, sobre reforma a adidos militares

JORNAL DO SENADO

Especial é uma publicação do **Jornal do Senado** em parceria com o **Instituto Legislativo Brasileiro (ILB)**. Praça dos Três Poderes – Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília (DF). www.senado.gov.br/jornal/jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 – Fax: (61) 3311-3137
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich
Editor-chefe: Eduardo Leão
Editor: Valter Gonçalves Jr.
Diagramação: Bruno Bazílio e Henrique Lima

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arquivo Fotográfico: Ana Cláudia Volpe e Elida Costa

Os textos deste encarte foram produzidos por James Gama (Comunicação Social do ILB).
ILB: Via N-2, Unidade de Apoio V – Senado Federal 70165-900 – Brasília (DF). Tel.: 61 3311-3394 ilb@senado.gov.br/www.senado.gov.br/ilb

COMISSÕES



Osmar Dias foi o relator do projeto assegurando os direitos dos atuais ocupantes dos cargos que não disponham de grau superior

Diploma de Direito para oficial de Justiça

Os concursos para os cargos de oficial de Justiça poderão exigir dos candidatos o grau de bacharel em Direito. A determinação está colocada no projeto de lei da Câmara (PLC 107/07) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que concordou com o relator, Osmar Dias (PDT-PR). Originalmente, a proposta estabelecia também que bacharéis em Ciências Contábeis, em Economia e em Administração de Empresas poderiam se

candidatar ao cargo de oficial de Justiça.

Aos atuais ocupantes do cargo que não disponham de título de bacharel em Direito, a proposta assegura as garantias e vantagens remuneratórias concedidas aos que vierem a ingressar na carreira já de acordo com a nova exigência.

A proposição ainda será votada em Plenário.

A CCJ também aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 62/06) que autoriza a Universidade Federal

de Goiás a doar imóveis à Universidade Federal do Tocantins. A relatora, Kátia Abreu (DEM-TO), explicou que os imóveis estão localizados no município de Porto Nacional (TO) e serão doados porque foi desativado o *campus* da Universidade Federal de Goiás naquele município.

– Nada mais natural que esse *campus* desativado seja repassado para essa universidade federal. A doação será de extrema importância para o Tocantins – assinalou a senadora.

PENDÊNCIAS COM O FISCO - Os atos necessários à formalização de acordos, intimações e interposição de recursos no âmbito do Processo Administrativo Fiscal federal (PAF) passarão a ter prazos determinados, conforme projeto aprovado pela CCJ, em decisão terminativa. Segundo o autor da proposta (PLS 10/07), Francisco Dornelles (PP-RJ), a demora na tramitação desses processos provoca grandes entraves e insegurança na vida dos contribuintes.

ANTAQ - Em votação secreta, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou a recondução do engenheiro civil Fernando Antonio Brito Fialho ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). Fialho, que ocupa o cargo desde julho de 2006, obteve 18 votos favoráveis e 1 contrário. A CI também acolheu sete projetos de lei em decisão terminativa, entre eles vários que alteram o Plano Nacional de Viação.

EMBAIXADORES - Há “oportunidades crescentes” na Arábia Saudita para empresas brasileiras de setores como energia e telecomunicações, disse Sergio Luiz Canaes, cuja indicação para o cargo de embaixador em Riade foi acatada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na quinta-feira. A CRE aprovou também as indicações de Débora Barenboim e Maria Auxiliadora Figueiredo, respectivamente, para as embaixadas da Eslovênia e da Costa do Marfim.

CONTRIBUINTE - A União ficará proibida de propor ação judicial para anular ou modificar decisões administrativas definitivas e favoráveis ao contribuinte, de acordo com decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou proposta (PLS 9/07) de Francisco Dornelles (PP-RJ). Para evitar que atos eivados de vícios não possam ser revistos, a CCJ aprovou emenda de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que estipula um prazo limite de cinco anos para a União rever ou anular decisões administrativas quando encontre motivos para tal.

Sinal verde para o BB incorporar o Banco do Piauí

A União foi autorizada a incorporar, por meio do Banco do Brasil (BB), o Banco do Estado do Piauí (BEP), nos termos de projeto de resolução do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O projeto vai ao Plenário.

Inácio Arruda acolheu emenda de Heráclito Fortes (DEM-PI), subscrita pelos senadores pelo Piauí Mão Santa (PMDB) e João Vicente Claudino (PTB), que visa garantir aos servidores do BEP os mesmos direitos concedidos aos do BB.

A CAE também autorizou a União a contratar, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), empréstimo no valor de US\$ 7,150 milhões. Os recursos serão usados em melhorias na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas executadas pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Francisco Dornelles (PP-RJ) foi o relator do PRS 2/08.

Servidor candidato pode ficar sem receber salário

Os servidores públicos que se candidatarem a cargo eletivo poderão deixar de receber seus vencimentos durante o período de afastamento obrigatório de suas funções. A proposta altera a Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90), que assegura o pagamento dos vencimentos dos servidores públicos nessa condição, estatutários ou não, nos três meses anteriores ao pleito em que se mantiverem afastados para se dedicar à campanha.

O projeto (PLS 321/06 – Complementar), proposto por Eduardo Azeredo (PSDB-MG), foi aprovado pela CCJ, que acolheu parecer favorável de Tasso Jereissati (PSDB-CE). Azeredo justifica a proposta apontando que o atual benefício concedido aos servidores públicos não vale para trabalhadores da iniciativa privada, os quais, pela legislação, também são obrigados a afastar-se do emprego três



Azeredo aponta que trabalhador do setor privado não tem o benefício

meses antes da eleição, mas deixam de receber seus salários. Azeredo observa ainda que é comum funcionários públicos se candidatarem a cargos eletivos apenas para não ter de trabalhar.

– Durante uma auditoria na prefeitura de Belo Horizonte, descobriu-se que, dos 132 candidatos licenciados, apenas dez tinham tido mais que 20 votos na eleição. Os outros eram candidatos apenas de fachada.

PLENÁRIO

Senado acolhe indicação de Kátia Arruda para TST

Com 53 votos a favor e 4 contrários, o Senado aprovou na terça-feira a indicação da juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, do Maranhão, Kátia Magalhães Arruda, para compor o Tribunal Superior do Trabalho (TST), no cargo de ministra togada e na vaga decorrente de aposentadoria do ministro Gelson de Azevedo.

A indicação teve voto favorável do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), aprovado por unanimidade pela CCJ. A juíza será a primeira mulher nordestina a ocupar um cargo de ministra do TST. Ela se descreve como defensora da celeridade no acesso à Justiça, da melhoria na qualidade dos serviços prestados ao cidadão e da responsabilidade social.

– O servidor público tem o dever de servir à sociedade e é nesse papel que me coloco, procurando agir na defesa dos direitos do trabalho e da dignidade da pessoa humana – afirmou ela na CCJ.

Sérgio Leitão é aprovado para direção da Ancine

A indicação do jornalista e cineasta Sérgio Henrique de Sá Leitão para exercer o cargo de diretor na Agência Nacional do Cinema (Ancine) foi acolhida na última terça-feira pelo Plenário por 47 votos a favor, 5 contrários e 2 abstenções. De manhã, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), o cineasta teve seu nome aprovado por unanimidade. Sérgio Leitão vai substituir Leopoldo Nunes da Silva Filho.

Na CE, Leitão disse que o Brasil poderá ser “uma das potências audiovisuais do mundo globalizado”. O sucesso de *Tropa de Elite* mostra que o país pode ser competitivo, disputando os mercados interno e externo com chances de êxito, avaliou o diretor, destacando que, nas seis primeiras semanas de 2008, os filmes brasileiros levaram às salas de cinema aproximadamente 2,4 milhões



Cineasta defende uma política nacional de cinema para o ensino

de espectadores. Um milhão a mais do que no mesmo período de 2007.

O cinema brasileiro também poderá aproximar-se da escola e estimular o debate de temas nacionais junto a crianças e jovens, sugeriu o presidente da CE, Cristovam Buarque (PDT-DF). A propósito, Leitão sugeriu uma política nacional de cinema na escola, em que o conteúdo dos filmes seria utilizado como instrumento de ensino.

Voto de pesar pela morte de político mineiro

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou requerimento de voto de pesar pela morte, no dia 24, do ex-presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais Agostinho Patrus. Mineiro de Belo Horizonte, médico, Agostinho foi deputado por seis legislaturas consecutivas, entre 1983 e 2006. Exerceu diversos cargos no governo estadual, como secretário-adjunto da Saúde (1981), secretário da Casa Civil no governo de Azeredo (1997-1998) e de Transportes e Obras Públicas (2003 a 2006) no governo de Aécio Neves. Filiado ao DEM, deixa como herdeiro político seu filho Agostinho Patrus Filho, que exerce o primeiro mandato como deputado estadual.

Azeredo disse que pôde “testemunhar a amizade, a lealdade, o cumprimento dos deveres, a obediência ao que tivesse sido acordado e o aprendizado legado por ele em buscar permanentemente o entendimento, fugindo absolutamente do confronto”.

COMISSÕES

Projeto põe fim a discriminação nos textos legais

Às vésperas da comemoração do Dia Internacional das Mulheres, novas iniciativas para garantir os direitos femininos no país foram tema do Senado na semana passada. Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), projeto aprovado na quarta-feira determina que as mulheres brasileiras não poderão mais ser privadas de direitos legais por causa da má interpretação das leis – devido à expressão utilizada no gênero masculino, mas que engloba ambos os gêneros – que asseguram direitos a todos os trabalhadores.

A proposta (PLS 62/06 – Complementar) da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), que ainda precisa ser votada pelo Plenário, especifica que, nas leis, “qualquer referência será entendida como abrangendo ambos os gêneros, indistintamente, salvo quando houver disposição expressa em contrário”. A ressalva, explica a senadora, deve-se à necessidade de previsão dos casos em que não cabe a abrangência, inclusive por razões de natureza biológica.

A autora do projeto explica que a proposição pretende evitar o desrespeito a certos direitos das trabalhadoras, sob o argumento de que eles beneficiam apenas trabalhado-

res homens, não obstante a Constituição vedar tal discriminação.

Para a relatora da matéria na CCJ, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), “essa é mais uma conquista importante para as mulheres e mais um motivo para celebrar o Dia Internacional das Mulheres”. De acordo com Serys, é comum que as mulheres trabalhadoras sejam prejudicadas pelo fato de a lei se referir a trabalhadores, embora abranja ambos os sexos.

Debates sobre participação da mulher no poder

Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), foi aprovada na quinta-feira a realização do debate “A mulher no espaço do poder”. Para a autora da proposta, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), o evento fará parte das comemorações pelo Dia Internacional da Mulher, a ser comemorado neste sábado (8).

Também foi acatado pela CDH, a pedido do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), requerimento para audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) destinada a discutir formas de acelerar o processo de adoção no Brasil.



Roseana, autora, e Serys, relatora: direitos de trabalhadoras muitas vezes são negados porque o texto da lei não especifica que eles valem para ambos os sexos



Prêmio Bertha Lutz e sessão na terça

Nesta terça-feira, será realizada uma sessão solene no Plenário do Senado em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, 8 de março. No mesmo dia, está prevista a entrega do prêmio Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco brasileiras que se destacaram pelo trabalho em prol dos direitos femininos e questões de gênero em diversas profissões.

As escolhidas da lista de 75 indicadas para a edição de 2008 são a ex-deputada federal e médica Jandira Feghali; a patrona do feminismo brasileiro, Rose Maria Muraro; a aeromoça “tia Alice”; a presidente da Associação das Parteiras de Jaboatão dos Guararapes, Maria dos

Prazeres; e a médica geneticista Mayana Zatz.

O prêmio leva o nome da ex-deputada Bertha Maria Júlia Lutz, que fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922, criando as bases para o movimento no país. Bertha Lutz foi também uma das primeiras a iniciar a luta pelo direito de voto para as mulheres brasileiras, garantido pelo Código Eleitoral Provisório, de 1932, mas cuja obrigatoriedade só foi fixada em 1946.

A primeira mulher a ser eleita para um cargo público no Brasil, e também na América do Sul, foi Alzira Soriano, que ser tornou prefeita de Lages (RN), em 1929.

CCJ vota regras para suplência no dia 12

A votação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), do substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) a sete propostas de emenda à Constituição (PECs) que disciplinam as regras para a suplência de senador poderá ser no dia 12 de março. A sugestão é do presidente da CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), e foi feita em reunião na quinta-feira, convocada exclusivamente para discutir o assunto.

– Na próxima quarta [5 de março] daremos continuidade ao debate, que tem que ser tratado com muito cuidado, pois toda matéria que altera a Constituição tem que ser bastante pensada – afirmou.

Embora Demostenes já tenha apresentado um substitutivo, Maciel apelou ao relator para que elabore uma nova proposta “que seja um resultado de consenso com base nos debates sobre o assunto”.

Pelo substitutivo, o suplente de senador poderá passar a ser o candidato mais votado entre os eleitos no pleito em que foi

eleito o titular, mesma regra já adotada para os deputados. Atualmente, cada senador é eleito com dois suplentes escolhidos por ele próprio e o suplente é convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas constitucionalmente ou de licença dos titulares, desde que por um período superior a 120 dias.

Com base no texto de Demostenes, que altera os artigos 46, 54 e 56 da Constituição, o suplente somente será convocado no caso de vaga ocorrida a menos de 12 meses do término do mandato ou de licença superior a 120 dias. Também fica proibido que senadores e deputados assumam cargos do Poder Executivo ou concorram a outros cargos até o fim de seus mandatos, salvo nas eleições imediatamente anteriores ao fim de seus mandatos.

Caso ocorra vaga e não haja suplente, a Constituição determina a realização de uma nova eleição se faltarem mais de 15 meses para o término do mandato. Pelo substitutivo, haverá eleição apenas no caso de ocorrer vaga



Maciel quer votar na semana que vem, para amadurecer debate sobre o projeto

a mais de 12 meses do término do mandato.

As sete PECs têm como primeiros signatários os seguintes senadores: PEC 11/03, Sibá Machado (PT-AC); PEC 8/04, Jefferson Péres (PDT-AM); PEC 42/04, Valdir Raupp (PMDB-RO); PEC 1/07, Valter Pereira (PMDB-MS); PEC 12/07, Expedito Júnior (PR-RO); PEC 18/07, Tião Viana (PT-AC); e PEC 55/07, Eduardo Suplicy (PT-SP).

Em seu texto, Demostenes acolhe a PEC 11/03 e rejeita as demais, bem como as seis emendas apresentadas.

CAS aprova coberturas reduzidas para planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que abre a possibilidade de os consumidores contratarem planos de saúde com coberturas reduzidas, permitindo uma redução dos custos dos planos.

O projeto (PLS 277/04), que tramitou em conjunto com outras três propostas que modificam a lei dos planos e seguros privados de assistência à saúde (Lei 9.656/98), foi acolhido pela comissão em texto substitutivo que também inclui os medicamentos utilizados em medicação assistida entre as coberturas obrigatórias de planos e seguros privados.

A CAS acolheu ainda a proposta que permite incluir membros das famílias nos planos contratados, desde que o ônus seja do titular do plano. O texto, elaborado pelo relator, Augusto Botelho (PT-RR), segue para análise da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O substitutivo engloba, além do projeto de Lúcia Vânia, pontos do PLS 44/04, de Tião Viana (PT-AC); do PLS 187/02, do ex-senador Sebastião Rocha; e do PLS 113/06, de Arthur Virgílio (PSDB-AM). De acordo com Augusto Botelho, seu parecer vem sendo discutido, há mais de ano, com várias entidades, inclusive com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e reflete a opinião de especialistas sobre o tema.

FINATEC - O papel das fundações vinculadas a instituições de ensino superior será debatido em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A iniciativa do presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), foi motivada pela divulgação de notícias sobre irregularidades que teriam sido cometidas na gestão de uma fundação ligada à Universidade de Brasília (UnB), a Finatec (Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos).

ESTUDANTES - Os 300 medalhistas da 3ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas serão homenageados pelo Senado. A proposta foi feita por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) na CDH, após relato de Marcelo Crivella (PRB-RJ) sobre o evento. Crivella destacou o esforço de um dos condecorados, o estudante Ricardo de Oliveira da Silva, de Vargem Alegre (CE), “portador de deficiência grave, tetraplegia, filho de família humilde do interior do Ceará”.

RESÍDUOS SÓLIDOS - A pedido de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Cícero Lucena (PSDB-PB), a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) prorrogou por 12 meses os trabalhos da Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento dos Resíduos Sólidos. Segundo Lucena, apesar das viagens que realizou, a comissão ainda não está em condições de redigir uma proposta final.

CDH debate repressão ao trabalho escravo

Iniciativa dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e José Nery (PSOL-PA), para realização de audiência pública sobre “a nova legislação referente ao trabalho rural, com o intuito de inibir prática de trabalho análogo ao escravo”, foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Participarão representantes da Confederação Nacional

dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho, entre outros.

José Nery também convidou para ato, dia 12 de março, na Câmara dos Deputados, pela aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01) que determina a desapropriação

de propriedades rurais onde for comprovada a prática de trabalho análogo ao escravo. O ato conta com o apoio de diversas entidades, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) e a Via Campesina, entre outros.

COMISSÕES



Susana Grillo, do MP, afirma que indígenas podem trabalhar em suas próprias comunidades

Representante indígena defende cota para índios

A reserva de vagas para indígenas em concursos públicos, prevista em projeto (PLS 155/00) do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), foi defendida pelo representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Gersen José Baniua, em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Baniua disse que cerca de 5 mil índios estão se formando em cursos superiores no Brasil, graças à política de cotas da Universidade Federal do Pará e outras instituições de ensino.

– Esses jovens podem contribuir na relação das comunidades indígenas com o Estado brasileiro – afirmou.

Fátima Cleide (PT-RO), que propôs o debate, também defendeu as cotas, sugerindo que a discussão sobre as necessidades das culturas indígenas deve prosseguir.

Em defesa da identidade cultural

O conceito de aculturação dos índios presente na justificativa do projeto foi criticado pela subprocuradora da República Deborah Duprat de Brito e pela titular da Coordenação Escolar Indígena do Ministério Público Federal, Susana Grillo. Elas disseram que as cotas são positivas, mas com o objetivo de dar aos índios oportunidades de defender sua identidade cultural e étnica.

Susana ressaltou que os povos indígenas têm necessidades especiais e precisam de colaboração para que, em determinadas categorias profissionais, como a de professor, possam exercer seu trabalho nas próprias comunidades indígenas. Os cargos de agente agroflorestal e agente indígena de saúde foram citados entre os que podem ser exercidos por índios dentro dos seus próprios territórios.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que presidiu a sessão, ressaltou a falta de conhecimento dos problemas indígenas por parte da sociedade brasileira. O desconhecimento também foi apontado por Romeu Tuma (PTB-SP), que destacou que, na Amazônia, o Exército Brasileiro respeita as culturas indígenas.

TV Brasil deverá fortalecer produção local, diz ministro

A TV Brasil deverá destinar quatro horas de sua programação para a produção de emissoras locais e outras quatro horas para produções independentes. A afirmação é do ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Franklin Martins, que participou semana passada de audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O ministro informou ainda que a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil, pretende integrar as diversas emissoras estaduais, de forma a constituir uma rede de televisão pública no país, a exemplo da inglesa BBC e da francesa France Television.

– Também o modelo de gestão adotado, com um conselho curador, abre a oportunidade para a participação da sociedade, como nas emissoras públicas dos países desenvolvidos – observou.

A EBC foi criada para gerir a Rede Nacional de Comunicação Pública, da qual faz parte a TV Brasil. A empresa é vinculada à Secretaria de Comunicação Social



Helena Chagas (E), da TV Brasil; Franklin Martins, ministro da Comunicação Social; e Sérgio Zambiasi

da Presidência e surgiu a partir da fusão da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, que coordenava a TVE.

A medida provisória (MP 398/07) que criou em outubro passado a EBC chegou ao Senado como projeto de lei de conversão (PLV 2/08) e já tranca a pauta de votações.

Em resposta ao senador Flávio Arns (PT-PR), Martins ressaltou que a TV Brasil buscará conquistar audiência “tratando o

telespectador como cidadão e não como consumidor”, como ocorre nas emissoras comerciais. Explicou ainda que não haverá competição por incentivos culturais previstos em lei, uma vez que a demanda por programas locais representará uma porta de acesso para divulgação de pequenas produtoras.

No mesmo sentido, a diretora de Jornalismo, Helena Chagas, ressaltou que a TV Brasil será voltada aos debates de interesse do país, com produções que normalmente não aparecem nas

emissoras comerciais, que priorizam a região Centro-Sul.

– Queremos uma TV com sotaque de todas as regiões do Brasil – frisou.

Por sua vez, a presidente da EBC, Tereza Cruvinel, considerou oportuna a alteração feita pelo relator da MP na Câmara, deputado Walter Pinheiro (PT-BA), incluindo recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) no orçamento da nova empresa. Para ela, a medida deverá conferir maior autonomia à rede pública de TV.

Senadores apóiam criação da nova emissora pública

Os senadores que participaram do debate na CCT apoiaram a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Flávio Arns ressaltou a importância da TV Brasil (emissora vinculada à nova empresa) para a produção independente realizada no país, que sofre com a falta de espaço de divulgação nas emissoras comerciais. Arns elogiou o modelo de gestão da EBC, baseado na atuação de um conselho curador com representantes da sociedade,

e sugeriu às emissoras públicas estaduais a adoção de modelo semelhante, para evitar ingerência política em sua programação.

Da mesma forma, Renato Casagrande (PSB-ES) considerou que o controle da sociedade poderá mudar o caráter das emissoras que hoje estão sob o comando dos governos estaduais.

Para João Pedro (PT-AM), a TV Brasil é “uma conquista da sociedade brasileira”. Ele aproveitou para defender maior espaço na

programação para as questões relativas à Amazônia.

A estratégia de regionalizar a programação, proposta pela nova emissora, também recebeu apoio de Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Antonio Carlos Júnior (DEMB-BA), por sua vez, criticou a criação da TV Brasil por meio de medida provisória (MP). Para ele, se a criação da emissora tivesse ocorrido por projeto de lei com urgência constitucional, teria alcançado melhor aceitação no

Congresso e estaria livre de eventuais resistências na apreciação da matéria pelo Senado.

– Uma MP já chega vencida, trancando a pauta, com relator designado na hora da votação, sem condições de se discutir ou emendar. Não sou contra a idéia, só gostaria de discuti-la melhor – protestou.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse esperar que a TV Brasil não sofra influências político-partidárias.

Anatel sugere redução de taxa para baratear ligação

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deverá enviar ao governo proposta para redução de taxas pagas pelas operadoras de telefonia móvel ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), condicionada à redução do preço cobrado pelo uso de celular pré-pago. A informação foi prestada na quarta-feira pelo superintendente de Serviços Privados da Anatel, Jarbas José Valente, em audiência na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). No debate, presidido por Marcelo Crivella (PRB-RJ), o preço cobrado pelo uso do pré-pago foi apontado como principal responsável pelo reduzido número de chamadas feitas pelos assinantes dessa modalidade de telefonia.

Conforme explicou Marcelo Bechara, consultor do Ministério das Comunicações, apesar de os usuários do celular pré-pago representarem 80% do total de 123

milhões de assinantes brasileiros, o tempo de utilização do serviço por usuário no Brasil está muito abaixo da média mundial. De acordo com o consultor, o alto preço faz com que oito de cada dez assinantes usem o telefone apenas para receber chamadas ou fazer ligações a cobrar.

Para Ercio Zilli, presidente da Associação Nacional das Operadoras Celulares (Acel), a reduzida quantidade de chamadas geradas pelos assinantes de celular pré-pago no Brasil aumenta o risco para as empresas, que acabam aumentando os preços do serviço, tornando-os mais altos que os praticados na modalidade pós-pago. Zilli também atribuiu os preços praticados à elevada carga tributária e lembrou que as operadoras pagaram R\$ 1,6 bilhão de taxas ao Fistel em 2007.

Para Renato Casagrande (PSB-ES), que sugeriu o debate, a baixa utilização do celular pré-pago



Bechara (E), do Ministério das Comunicações; Valente, da Anatel; Renato Casagrande; e Aristóteles dos Santos, da Anatel

não justifica a grande diferença de preço entre serviço pré e pós-pago. Ele manifestou seu apoio à proposta de mudança no Fistel de forma a beneficiar a população de baixa renda, principal usuária do celular pré-pago.

– Minha impressão é que a média de preço cobrado no pré-pago está acima do risco que é a venda desse serviço. Telefonia é um serviço de utilidade pública e devemos assegurar que todos

tenham acesso – afirmou.

Valente lembrou que o serviço móvel pessoal é prestado em regime privado, de interesse coletivo, com preços livres, mas com tetos homologados pela Anatel. Ele ressaltou que a regulamentação implementada pela agência promoveu competição no setor, ampliando o acesso ao serviço. Em dois anos, disse, todo o território brasileiro terá cobertura de telefonia celular.

PLENÁRIO

ZPE com menor acesso a mercado interno

As empresas criadas em zona de processamento de exportação (ZPE) poderão destinar apenas 10% de sua produção ao mercado interno. A proposta é do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), em emenda apresentada à medida provisória editada no último dia 15 (MP 418/08) destinada a alterar a lei que regulamenta as ZPEs (Lei 11.508/07). Em discurso da tribuna, o parlamentar criticou a MP por conter medidas que provocarão “evidentes danos à economia do estado do

Amazonas”.

Ao anunciar na sexta-feira a apresentação de outras dez emendas à MP, Arthur Virgílio lamentou que a medida tenha sido editada sem que empresários do Amazonas fossem ouvidos e alertou para prejuízos ao parque industrial brasileiro como um todo e, em especial, à indústria do seu estado.

– A medida provisória põe em risco o Pólo Industrial de Manaus e o próprio Amazonas e sua população, uma vez que o pólo representa 93% da economia do

estado – frisou.

Em outra emenda à MP 418/08, Arthur Virgílio propõe que, para instalação em zona de exportação, a empresa deverá comprovar que está “em início de carreira”, ou seja, que não tenha capital de outra empresa nacional ou estrangeira. Com a medida, o senador quer evitar a concorrência desleal por parte de “gigantes multinacionais”. Do contrário, advertiu, as indústrias do Amazonas se inviabilizarão, gerando desemprego e conseqüente pressão sobre a floresta.

Mesquita Júnior apóia advogados públicos

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) solidarizou-se com os advogados públicos que desde 17 de janeiro estão em greve por melhores salários e melhores condições de trabalho. Da tribuna, ele leu o manifesto do Fórum Nacional dos Advogados Públicos Federais.

No manifesto, os representantes da categoria afirmam que desde abril de 2007, quando o Planalto aprovou uma proposta do advogado-geral da União para concessão de honorários havidos pelos advogados públicos nas ações vitoriosas nos juízos e tribunais do país, o Conselho

Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) posicionou-se publicamente pela legitimidade do pleito.

O documento também informa que a área técnica do Ministério do Planejamento se opôs a essa iniciativa da Advocacia Geral da União.

Heráclito protesta contra verba escassa para o Piauí

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ocupou a tribuna na sexta-feira para criticar a diminuição de recursos federais destinados ao Piauí. Ele informou que o Orçamento da União previsto para este ano reservou, para o estado, apenas 3,2% do bolo orçamentário, o que ele considerou um descaso. No ano passado, lembrou Heráclito Fortes, o Piauí foi contemplado com 3,5% do Orçamento.

Para Simon, Lula confunde o penal com o político

Pedro Simon (PMDB-RS) criticou o presidente Lula por dizer que “não se pode condenar ninguém a não ser depois de processo transitado em julgado”. Para o senador, Lula confunde o penal com o político.

– Isso é verdade quando alguém é acusado de assassinato. No caso político, está em jogo a reputação ilibada que se exige até do candidato a funcionário público ou síndico – disse.

Mão Santa diz que povo ainda acredita no Congresso

Mão Santa (PMDB-PI) contestou na sexta-feira as pesquisas que apontam a falta de credibilidade dos políticos, especialmente dos parlamentares. Ele disse que o fato de os mato-grossenses terem chorado a morte do senador Jonas Pinheiro no dia 19 de fevereiro demonstra que o povo ainda acredita no Congresso. Mão Santa ressaltou que os senadores foram eleitos pelo voto popular e são “filhos da democracia”.



GERALDO MAGELA

Fátima Cleide diz que governador de Rondônia promove retaliação contra professores por denúncias de corrupção

Fátima Cleide critica leis propostas por Ivo Cassol

Um “pacote” de leis elaborado pelo governador de Rondônia, Ivo Cassol, e aprovado pela Assembléia Legislativa, retira – de acordo com Fátima Cleide (PT-RO) – direitos e benefícios dos professores.

– A atitude autoritária do governador é uma vingativa retaliação, porque os trabalhadores em educação são a categoria mais organizada e sempre denunciaram casos de corrupção – afirmou.

A senadora explicou que uma das leis aprovadas faz com que, para cada única falta, o professor perca um mês de gratificação de incentivo ao

magistério, equivalente a 33% do seu salário.

Já Expedito Júnior (PR-RO), também na semana passada, afirmou que Ivo Cassol é o governador que mais investiu e investe no estado.

De acordo com o senador, o governador incrementou a segurança pública de Rondônia, com a realização de concurso público para a contratação de 2.400 policiais militares. Expedito elogiou ainda o transporte escolar no estado e disse que Cassol realiza “uma verdadeira revolução” ao incentivar a agricultura familiar.

Jayme Campos propõe nome de senador falecido para rodovia

Projeto para denominar “Rodovia Senador Jonas Pinheiro” o trecho Cuiabá-Santarém (PA) da BR-163 foi apresentado por Jayme Campos (DEM-MT). Com o PLS 36/08, Jayme Campos deseja homenagear o colega recentemente falecido.

– Jonas sabia enxergar, com lucidez, os anseios populares, identificando neles alternativa

para a construção de uma sociedade produtiva e justa – disse.

Para Jayme Campos, o trabalho de Jonas em prol do campo brasileiro foi incansável, rendendo resultados positivos tanto no meio agrário quanto na indústria e no comércio. “Ele entendia como poucos o coração dos trabalhadores que aram o chão deste imenso Brasil.”

Sessão lembra Dia dos Aposentados

Quanto maior a expectativa de vida, maior a perda salarial do aposentado. Foi essa desvalorização da renda dos que não estão mais no mercado de trabalho que deu o tom na última terça-feira à sessão de homenagem ao Dia Nacional do Aposentado, celebrada oficialmente em 24 de fevereiro.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, pediu um debate maduro a respeito da questão, porque considera a perda dos aposentados incompatível com o crescimento do país.

– Um país que cresce como o nosso, que vem tendo expectativa de crescimento ainda maior, se Deus quiser, não pode deixar para trás aqueles que tanto contribuíram, que tanto lutaram para a realidade de hoje – disse.

Garibaldi afirmou que o Senado está consciente dos problemas enfrentados e da luta dos aposentados para eliminar a defasagem entre a política de



JOSE CRUZ

Sessão especial no Senado debateu perda de renda na aposentadoria

recuperação do salário mínimo e a de recuperação dos seus proventos.

Paulo Paim (PT-RS), que requereu a homenagem, conclamou os parlamentares a colocarem na pauta do Congresso, para votação em urgência, o veto presidencial ao reajuste de 16,67% nas aposentadorias. Também apelou aos partidos para se unirem a fim de que seja garantida a urgência

na tramitação de projetos de lei do Senado (PLS 58/03) e da Câmara (PLC 42/07) que prevêm políticas de reajuste e valorização do salário mínimo.

– Colocar essas matérias em votação seria uma excelente forma de comemorar esta data, e votar em favor delas, a melhor maneira de homenagear os aposentados e pensionistas – concluiu Paim.

Senadores homenageiam memória de Jonas Pinheiro

O Senado realizou sessão especial na última quinta-feira em homenagem à memória do senador Jonas Pinheiro, falecido em 19 de fevereiro.

Natural de Santo Antônio de Leverger (MT), Jonas Pinheiro estava no segundo mandato como senador, após ter sido deputado federal por três mandatos (1983 a 1995). Formado em Medicina

Oradores apontaram a lucidez do trabalho do homenageado

Veterinária, teve sua atuação política marcada pela defesa dos interesses dos produtores e trabalhadores rurais. Estavam presentes, além de familiares de Jonas Pinheiro – a viúva, Celcita, e seus filhos Giani e Giorgio –, produtores rurais; o vice-presidente do Banco do Brasil, Maguito Vilela; e o presidente da Confederação

da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Fábio Meirelles, entre outros.

A homenagem foi requerida por Jayme Campos e Marconi Perillo (PSDB-GO). Além deles, pronunciaram-se durante a

sessão o presidente do Senado, Garibaldi Alves, Marco Maciel (DEM-PE), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Kátia Abreu (DEM-TO), Lúcia Vânia (PSDB-GO), José Agripino (DEM-RN),

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Valter Pereira (PMDB-MS), César Borges (PR-BA), Cristovam Buarque (PDT-DF), Serys Slhessarenko (PT-MT), Mão Santa (PMDB-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Gilberto Goellner (DEM-MT), que assumiu o mandato de Jonas.

Voz do Leitor

LIBERDADE PROVISÓRIA

“Sugiro que o juiz perca o cargo se conceder liberdade provisória a um criminoso e esse criminoso voltar ao crime. É de vidas que estamos falando e é inadmissível que um juiz resolva beneficiar um bandido em detrimento da sociedade e não responda por isso.”

Ronne Herbert Curz, de Uberaba (MG)

JUROS

“Creio que, para melhorar a vida do povo, o Banco Central deveria baixar ainda mais os juros da taxa Selic, e aumentar, um pouco mais, os juros da caderneta de poupança, a fim de que os mais pobres possam ter mais esperança em um futuro melhor. Como os juros da poupança são muito baixos, muitas pessoas não se vêem motivadas a poupar.”

Adriano Henrique de Oliveira, de Caruaru (PE)

SÃO FRANCISCO

“Quero afirmar que é deplorável ver a atitude dos senadores Eduardo Suplicy [PT-SP] e José Nery [PSOL-PA], que não representam os estados que serão beneficiados pela transposição do rio São Francisco, se juntarem a um grupo de atores, que não conhecem a realidade do sertão, e apoiarem o bispo dom Luiz Flávio Cappio. Afirmando que há muitas pessoas passando fome e que a transposição do rio São Francisco não pode parar.”

Jalmir Silva Barros, de Beberibe (CE)

CUBA

“Quero manifestar o meu apoio ao senador Eduardo Azeredo, por criticar a postura do presidente Lula de investir mais de um bilhão

de reais em Cuba, sendo que boa parte desse dinheiro é para recuperar a malha viária daquele país. Enquanto isso, em nosso país as rodovias federais estão em péssimas condições de tráfego.”

Claudir Portella, de União da Vitória (PR)

CORRUPÇÃO

“Muito louvável o projeto do senador Pedro Simon [PMDB-RS] que torna inelegíveis os políticos condenados em alguma instância judicial. Como é que o Congresso pode ter moral, se um terço dos deputados e 37% dos senadores estão envolvidos em processos na Justiça? Só mesmo a impugnação da candidatura de políticos com condenações ou pendências na Justiça para moralizar o sistema político brasileiro.”

Antonio Cleiton Brilhante Sousa, de Pentecoste (CE)

FERROVIAS

“Desejo que o Senado acabe com a burocracia no Brasil e agilize as obras de linhas férreas em todo o país para interligar todas as cidades brasileiras. Que comece por Belo Horizonte (MG), passando por Ibatiba, Venda Nova do Imigrante (ES), indo para Castelo, Cachoeiro e Mimoso do Sul (ES). E que ainda neste 2008 longas distâncias sejam concluídas.”

Reginaldo Zucoloto, de Venda Nova do Imigrante (ES)

ISONOMIA

“Para um cidadão concorrer a um concurso público é exigido o mínimo de escolaridade fundamental. Por que para as eleições municipais não é exigido também o mínimo de escolaridade para se candidatar?”

José Dutra de Sousa, de Paulista (PB)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

Garibaldi Alves selou acordo com representantes das centrais sindicais para votar, na quarta-feira passada, projeto que institui uma política de recuperação do salário mínimo até 2023. Com as votações do Plenário obstruídas por medidas provisórias, o reajuste do mínimo para R\$ 415, previsto para 1º de março, ficou na dependência de o Poder Executivo editar outra MP



GERALDO MAGELA

Ambiente legal

Aquecimento ou resfriamento?

• A temperatura da Terra poderá diminuir nos próximos 50 anos, segundo um grupo de pesquisadores “céticos”

do aquecimento global. Eles atribuem a fatores externos – como os raios cósmicos galácticos – a causa das variações climáticas. Do grupo faz parte o pesquisador Luis Carlos Molion, da Universidade Federal de Alagoas, que adverte: “Não importa se o clima do globo aquece ou esfria: a conservação ambiental é uma necessidade para que as próximas gerações possam desfrutar das riquezas naturais”.



• Já o professor Luiz Gylvan Meira Filho, do Instituto de Estudos Avançados da USP, acredita que o aquecimento

foi detectado de forma inequívoca pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, da ONU. O pesquisador, um dos representantes do Brasil na Conferência de Bali, em dezembro, ressalta o consenso entre os países de que a demora em reduzir as emissões de gases do efeito estufa limitará significativamente a chance de estabilizar o clima, aumentando o risco de consequências mais severas.

O Brasil no Fórum Internacional

A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) elogiou, em discurso no Plenário, a participação do presidente Lula e da ministra do Meio Ambiente, senadora licenciada Marina Silva, no Fórum Internacional de Mudanças Climáticas, realizado em Brasília. A uma platéia de cerca de cem parlamentares de países desenvolvidos e emergentes (G8 + 5), Lula e Marina destacaram a importância do incentivo aos biocombustíveis e da criação do Fundo de Proteção e Conservação da Amazônia.



Serys Shlessarenko

JOSÉ CRUZ

O estado norte-americano do Texas já provê com turbinas eólicas (energia do vento) 3% da eletricidade que consome, suficiente para abastecer um milhão de residências. O uso da energia eólica está aumentando no país em decorrência da crescente preocupação com as emissões de gases do efeito estufa por usinas de carvão.

VENTO NO NORDESTE - No Brasil, a empresa Eólica Tecnologia pretende investir R\$ 130 milhões na construção de duas usinas eólicas, em Pernambuco e na Paraíba.

Frases

“Para quem convive com ratos que acompanham o presidente, até que barata é um bom negócio”

Heráclito Fortes, que classificou de agressão ao Congresso declaração em que o presidente Lula teria comparado a oposição “a baratas”.

“Não conheço o inteiro teor do discurso. Aqui e acolá, o presidente Lula tem seus desabafos, mas não acho que isso chega a comprometer o relacionamento entre os três Poderes”

Garibaldi Alves, sobre o presidente Lula ter conclamado o Judiciário e o Legislativo a “meterem o nariz” só em suas atividades.

“É terrível ficar ao lado de senadores que torcem para o país dar errado. Não é possível agüentar isso. Eu sou maluco? Será que estou em outro mundo?”

Wellington Salgado, em censura aos parlamentares que têm criticado o governo Lula em Plenário.

“Será que o PSDB vai ficar de obstrução em obstrução?”

Eduardo Suplicy, questionando a oposição por obstruir a votação do Orçamento.

“Eu me sinto uma criança perto de Suplicy em matéria de obstrução legislativa. O PT tem mais horas de obstrução do que urubu tem de vô”

Arthur Virgílio, em resposta a Eduardo Suplicy.

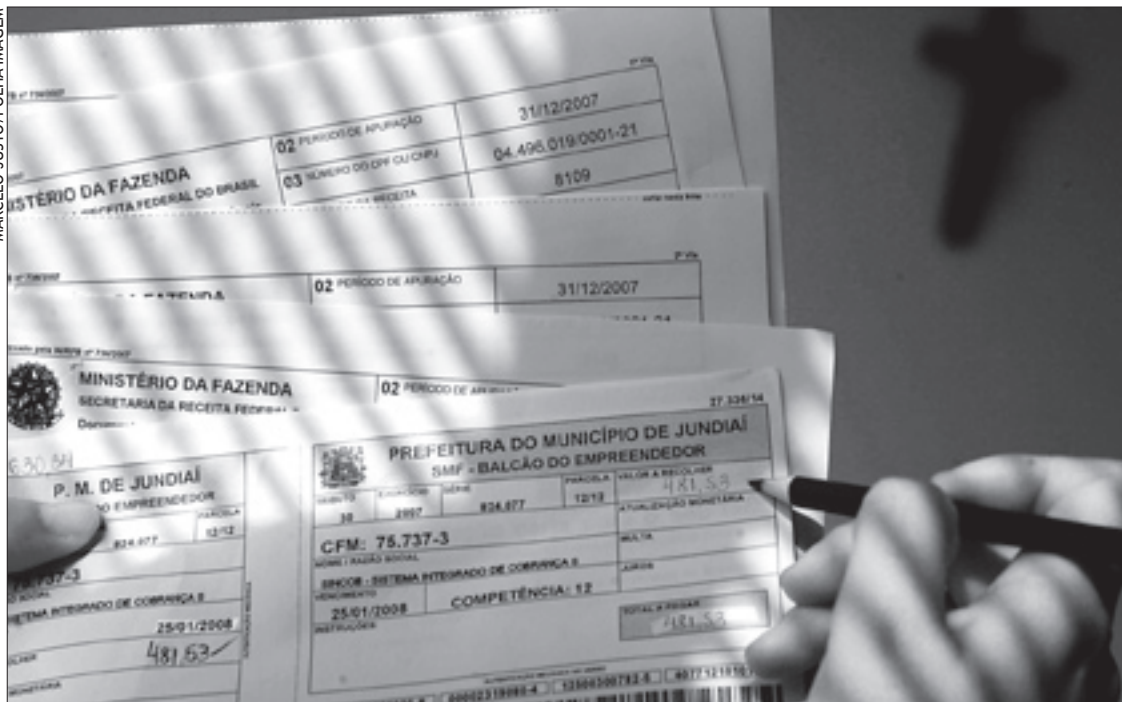
“A reforma tributária é um fato positivo, que traz ao Congresso a discussão de um grande tema, em vez de transformar a Casa em uma delegacia”

Francisco Dornelles, sobre a proposta entregue ao Legislativo pelo ministro Guido Mantega.

“Deseja mesmo o governo um novo modelo tributário para o país ou trata-se de mais uma manobra diversionista, para evitar que as atenções se voltem para fatos graves que são focalizados pelas duas CPI do Parlamento?”

Alvaro Dias, sobre as intenções do governo com a reforma.

MARCELO JUSTO/FOLHA IMAGEM



Desde o início do governo Lula, em 2003, esta é a segunda proposta que modifica a tributação no país

Rádio Senado debate reforma tributária

O Congresso Nacional recebeu na quinta-feira a segunda proposta de reforma tributária enviada pelo governo – a versão anterior foi apresentada no primeiro mandato do presidente Lula.

A idéia do governo, de acordo com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, não é fazer uma reforma revolucionária em relação à estrutura tributária vigente, mas promover mudanças que simplifiquem e desburocratizem o sistema tributário (veja matéria na página 5).

Segundo o líder do governo no

Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), a nova proposta de emenda constitucional terá um impacto neutro na carga tributária. Projetos de redução de impostos devem tramitar em paralelo à proposta, como a desoneração da folha de pagamento das empresas.

Para a oposição, a diminuição da carga tributária é indispensável e deve fazer parte da reforma tributária. O assunto é questão fechada para o DEM, conforme o seu presidente, deputado Rodrigo Maia (RJ).

O tema será discutido na en-

trevista especial do *Conexão Senado*, que vai ouvir os pontos de vista do governo e da oposição, além de especialistas no assunto. O programa vai ao ar na Rádio Senado nesta segunda-feira, ao meio-dia.

A reforma tributária também é um dos assuntos no *Senado Economia*, que nesta segunda, às 8h30, entrevista o senador João Tenório (PSDB-AL).

Ele também fala sobre biocombustíveis, tema da subcomissão permanente que preside, e sobre as barreiras impostas pela Europa a produtos brasileiros.

Burocracia para abrir e fechar empresas

Quais são os procedimentos necessários para criar ou encerrar uma empresa? E quais os benefícios de ter uma empresa regularizada? Sobre o assunto o *Fique por Dentro da Lei*, da Rádio Senado, vai conversar nesta terça-feira, às 8h30, com Maria Mesquita, técnica em registro mercantil da Junta Comercial do Estado do Pará.

O programa responde a dúvida do ouvinte Lourival Sousa Carvalhedo, de Paragominas (PA). Ele conta que tem encontrado dificuldade para fechar uma empresa que abriu em 1984. Lourival diz que não consegue uma certidão negativa de débitos junto à Previdência Social.

Meio ambiente e o reaparecimento de doenças

O *Senado Ciência*, da Rádio Senado, investiga nesta semana se existe relação entre o meio ambiente e o reaparecimento de doenças que já haviam sido controladas, como a dengue.

Para o professor e pesquisador Pedro Tauil, do Núcleo de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da UnB, a relação existe e não depende apenas das mudanças climáticas, mas também das condições de vida da população. Especialista em doenças tropicais, Pedro Tauil é um dos principais pesquisadores da dengue, malária e febre amarela no Brasil. O programa vai ao ar nesta quarta-feira, às 8h30.

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação)
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado - Poluição do ar em São Paulo
4h30 - De coração
- Exercícios físicos nas doenças cardíacas
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Orquestra Cega - Egito
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira Gaúchos e Colonos
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural - Ópera Poranduba

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista
-
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife (55), Manaus (57) e São Paulo (64).

ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico:
Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite - B1
Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - 3/4

SENADO

Relatos sobre a morte de Jango no Uruguai

Trinta anos após a morte do ex-presidente João Goulart, único presidente brasileiro morto no exílio, o jornalista Deraldo Goulart encontrou numa penitenciária de alta segurança a 50 quilômetros de Porto Alegre (RS) um ex-agente do serviço de inteligência uruguaio que se diz vítima de perseguição por saber demais. Mário Neira Barreiro espera publicar um livro em que narra sua participação na Operação Escorpião, episódio que, de acordo com ele, culminou no assassinato do presidente acusado de comunista pelos militares que o sucederam.

Em seu relato, revelado por Deraldo Goulart no documentário

Jango em três atos, produção da TV Senado e do Instituto João Goulart, Barreiro conta que sua função na suposta conspiração articulada pelo antigo Dops (Departamento de Ordem Política e Social) era espionar a família Goulart no período em que o presidente viveu no Uruguai (1973 a 1976), logo após deixar o Brasil.

As informações colhidas, obtidas inclusive com a utilização de escutas, revelavam a vontade do presidente de retornar ao país e serviram para justificar, segundo ele, a necessidade de assassinar o exilado. Segundo Barreiro, comprimidos envenenados foram colocados nos frascos de medicamentos que Jango utilizava rotineiramente para o coração.

João Goulart faleceu em 6 de dezembro de 1976 na cidade argentina de Mercedes, vítima de um ataque cardíaco. À época, a autópsia não foi autorizada. A operação, ainda segundo o ex-agente, teria sido financiada pela CIA (agência de inteligência americana).

Garibaldi destaca resgate da história

O compacto do documentário foi exibido na cerimônia de assinatura do convênio entre a TV Senado e o Instituto João Goulart na última quarta-feira, no gabinete do presidente do Senado, Garibaldi Alves. Ele elogiou a iniciativa de se trazer a público os últimos momentos de Jango e ressaltou o compromisso do Senado com o resgate da história do Brasil.

O filho de Jango e presidente do instituto, João Vicente Goulart, destacou a importância da iniciativa, que, a seu ver, promove o resgate de um momento que representa um marco na história republicana do país.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), que foi protagonista do momento histórico narrado no documentário, se disse impressionado pelo relato do ex-agente uruguaio preso no Rio Grande do Sul.



O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, recebeu, na terça-feira passada, a visita do embaixador da Áustria, Werner Brandstetter. Garibaldi e Brandstetter trataram dos preparativos para a visita ao Brasil do primeiro-ministro austríaco Alfred Gusenbauer, a convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O encontro está marcado para o dia 13 de maio, quando Garibaldi deverá se reunir com o chanceler para discutir o aprofundamento das relações Brasil-Áustria.

“Críticas de Lula não comprometem seu relacionamento com o Legislativo”

Sobre discurso em que o presidente Lula conclamou Judiciário e Legislativo a só “meterem o nariz” em suas próprias atividades, Garibaldi Alves afirmou que essas palavras não comprometem o relacionamento entre os Poderes.

Lula fez a declaração na última quinta-feira, em Sergipe, ao criticar o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Marco Aurélio Mello, que disse que o programa Territórios da Cidadania poderia ser questionado no TSE pela oposição.

Já Heráclito Fortes (DEM-PI) classificou a declaração como uma “agressão ao Congresso”. Para o senador, na condição de chefe de Estado, Lula não pode usar frases “descabidas e despropositadas” como aquela em que o presidente comparou a oposição a baratas.

A liderança do PSDB no Senado divulgou nota de repúdio ao que denominou agressões dirigidas por Lula ao presidente do TSE.

Reivindicações de representantes do Confea e Crea

Representantes do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia reuniram-se com Garibaldi Alves para pedir prioridade na pauta de votações da Casa a projetos considerados relevantes para as categorias. Um dos principais itens da Agenda Parlamentar Prioritária do Confea/Crea é o PLC 123/06, que institui a representação federativa no plenário do Confea.

Aposentados pedem atualização de benefícios

Após sessão especial do Senado para comemorar o Dia Nacional do Aposentado, na terça-feira passada, Garibaldi Alves recebeu representantes de entidades de defesa de aposentados e pensionistas de todo o país. A categoria solicitou a inclusão imediata na pauta de votações do PLS 58/03, de Paulo Paim (PT-RS), que atualiza os valores de aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social.

Prodasen apresenta plano estratégico

A diretoria executiva da Secretaria Especial de Informática (Prodasen) apresentou a Garibaldi Alves um projeto estratégico para 2008 com ênfase na modernização do processo legislativo.

A idéia é migrar para um modelo em que o órgão possa se

concentrar no desenvolvimento e na implantação de projetos ligados à área fim da atividade legislativa. Estão ainda entre as metas a troca do painel eletrônico, a modernização do sistema de informática das comissões e a publicação das verbas indenizatórias dos gabinetes.

FOTOS: PAULO LIMA



Para João Vicente Goulart, filho de Jango, documentário da TV Senado resgata um marco na história republicana brasileira

Regimento Interno passará por reforma

A Comissão Diretora do Senado decidiu, na última quarta-feira, criar comissão temporária de senadores destinada a modernizar o Regimento Interno da Casa, em vigor desde 1970. De acordo com o 1º secretário, senador Efraim Morais (DEM-PB), a idéia é simplificar as normas regimentais, a fim de tornar mais rápido o andamento dos trabalhos legislativos.

Ao final da reunião, o 2º vice-presidente do Senado, Alvaro Dias (PSDB-PR), declarou que colegiado será assessorado por funcionários e estará aberto a sugestões de todos os senadores. Ele definiu o regimento em vigor como atrasado, ultrapassado e sem similar em nenhum país do mundo. Também disse que o regimento não tem sido cumprido nem mesmo naquilo em que é elementar, como no horário da ordem do dia e na duração dos

aportes.

– Precisamos modernizá-lo para que as sessões do Senado fiquem mais ágeis e eficientes. É um regimento que, em alguns pontos, apresenta inconstitucionalidades. O objetivo principal é o de modernizá-lo para que as sessões do Senado possam produzir mais. E vamos começar a fazer isso imediatamente – afirmou.

Na opinião de Alvaro Dias, a reforma do regimento será capaz inclusive de trazer o estímulo necessário para que ele seja obedecido.

– Ao se reformar o regimento, se assume também o compromisso de respeitá-lo. Acho que isso é essencial.

Na mesma reunião, a Mesa do Senado decidiu encaminhar à Advocacia Geral da Casa instruções para requerer informações sobre a retratação que o em-

presário Rogério Buratti registrou em cartório de São Paulo, retirando acusações feitas ao ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci, em depoimento prestado em 2005 à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos. A requerimento do senador Efraim Morais, se confirmada a retratação registrada em cartório, será ajuizada notícia-crime contra o empresário.

– Fiquei perplexo ao saber dessa retratação, porque Buratti veio a uma CPI e falou sob juramento, fez todo um depoimento e agora simplesmente nega tudo. Imagina se isso vira uma rotina nesta Casa ou em qualquer tribunal. Amanhã, qualquer testemunha vai dar um depoimento e dizer depois que estava brincando. Imagina o Duda Mendonça dizer que aquelas declarações que ele fez aqui eram só *marketing* – disse Efraim após a reunião.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papatéo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cintia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal
 E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Atenção para os sinais do estômago

O câncer gástrico é o segundo tipo de câncer mais comum em todo o mundo. No Brasil, são 51 casos a cada 100 mil habitantes, a terceira maior incidência da América Latina. A situação é agravada pelo fato de, na maioria das ocorrências, a doença ser diagnosticada em estágio já avançado, dificultando o tratamento. Uma das razões parece ser a cultura do brasileiro de tomar um “remedinho” a cada vez que o estômago dá sinais de que não vai bem. A simples azia, conhecida de quase todos, pode ser sinal de uma gastrite que, se não tratada, pode evoluir para um câncer. Veja nesta edição as recomendações dos médicos para cuidar bem do seu estômago.



Ingestão freqüente de alimentos gordurosos deve ser evitada para prevenir a gastrite

O que é a gastrite

A finalidade da digestão é processar o alimento, separando aquilo que será útil ao organismo do que deve ser eliminado. Grande parte do que se come é destinada a produzir a energia que faz funcionar os órgãos, sob a forma de glicose e outras substâncias.

O estômago, que desempenha funções essenciais ao processo digestivo, é revestido de um tecido semelhante ao da boca (mucosa gástrica). Ele produz enzimas e ácido clorídrico, para a quebra dos alimentos, e uma

secreção destinada a revestir a mucosa gástrica para protegê-la da agressão pelo ácido.

A gastrite é uma inflamação da mucosa que reveste o estômago em resposta a uma agressão cujas causas podem ser várias. Com a continuidade da agressão, a inflamação se agrava e aparecem os sintomas da gastrite, que pode ser aguda ou crônica. A forma aguda aparece de repente e evolui rapidamente, facilitando o diagnóstico. Nos casos crônicos a gastrite pode não ter qualquer sintoma.

Os sintomas

- ✓ Dor ou desconforto na região superior do abdômen (boca do estômago), que pode melhorar com a ingestão de alimentos.
- ✓ Azia ou queimação, se houver retorno do suco gástrico ao esôfago e estômago. A azia pode piorar quando a pessoa se deita depois de uma refeição mais farta ou rica em gorduras.
- ✓ Náuseas e vômitos, geralmente

- acompanhando o desconforto.
- ✓ Saciedade precoce, normalmente conhecida como “empanzimento”, logo após a alimentação, que pode levar à redução ou perda do apetite.
- ✓ Presença de sangue nas fezes e no vômito.
- ✓ Na fase crônica a dor pode ser contínua e, se é severa, pode ser sinal de que uma úlcera está se desenvolvendo.

Principal causa da doença é o *H. pylori*

A gastrite, aguda ou crônica, pode ser causada por um ou mais dos fatores:

- Infecção pela bactéria *Helicobacter pylori* ou *H. pylori*: essa bactéria tem a capacidade de viver dentro da camada do muco protetor do estômago. Em geral ela é adquirida na infância e permanece no estômago por toda a vida, a menos que seja tratada. A gastrite não é causada pela bactéria em si, mas pelas substâncias que ela produz e que agredem a mucosa gástrica. A *H. pylori* é responsável por 80% dos casos de gastrite.
- Uso de aspirina, de alguns outros antiinflamatórios e de corticóides (medicamentos à base de cortisona) regularmente e por um longo período pode causar gastrite porque eles diminuem a proteção gástrica.
- Estresse físico ou psíquico.
- Refluxo de bile para o estômago (a bile é uma substância que o fígado joga na primeira por-

ção do intestino e pode ir para o estômago em determinadas circunstâncias).

- Ingestão acidental de substâncias corrosivas.
- Álcool: causa a doença quando consumido em grandes quantidades e por longos períodos, já que aumenta a produção do ácido.
- Gastrite auto-imune: em algumas situações, os anticorpos, que deveriam proteger o organis-

mo, podem atacá-lo. Na gastrite auto-imune, os anticorpos levam à destruição de células da parede do estômago, reduzindo a produção de várias substâncias importantes.

- Outras infecções: bactéria da tuberculose e a da sífilis, vírus, fungos e outros parasitas.
- A gastrite aguda também pode ocorrer em pacientes politraumatizados ou queimados em extensas áreas do corpo.

Diagnóstico é confirmado por endoscopia

Quando o médico suspeita de gastrite, ele deve investigar os hábitos alimentares, o uso de medicamentos, o consumo de bebidas alcoólicas e se o paciente tem outras doenças.

O diagnóstico de gastrite é confirmado pela endoscopia digestiva, em que o médico introduz um tubo fino pela garganta através do qual é possível

enxergar a mucosa gástrica e colher fragmentos para exame (biópsia). Alguns sedativos podem ser usados para diminuir o desconforto durante a realização do exame.

No caso da *H. pylori*, a identificação da infecção pode ser feita no material obtido pela biópsia, por meio de um teste respiratório ou exame de sangue.

Tratamento varia conforme a causa

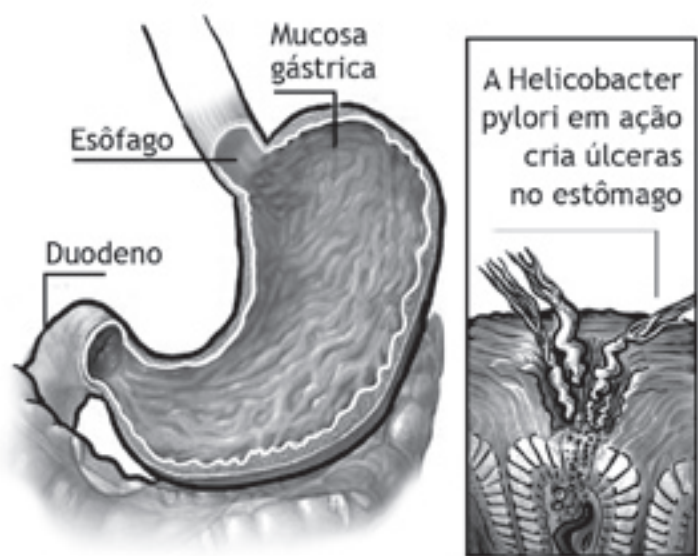
O tratamento da gastrite depende da causa, mas há medicamentos (em geral por via oral) e dietas que melhoram os sintomas. O tratamento da infecção pelo *H. pylori* pode ser bastante difícil e não é raro que a infecção volte. Ele não é recomendado para todos que têm gastrite. O paciente ingere doses maciças de antibióticos e medicamentos para reduzir a secreção de ácido pelo estômago e

para proteger a mucosa gástrica.

Na gastrite induzida por medicamento, geralmente a suspensão do uso do remédio leva à solução. Quem tem gastrite deve evitar o uso de aspirina e outros antiinflamatórios, de bebidas alcoólicas e de cigarro. O médico pode usar também remédios para melhorar os sintomas, conter o processo inflamatório e prevenir complicações. Os medicamentos que

aliviam os sintomas atuam melhorando a digestão ou reduzindo a secreção de ácido para combater a dor e a azia.

Para os doentes em unidade de tratamento intensivo, politraumatizados e grandes queimados que desenvolvem gastrite aguda, os médicos costumam receitar medicamentos para diminuir a produção de ácido pelo estômago.



Mudança de hábitos para prevenir a gastrite

Algumas ações, muitas simples e outras que exigem uma radical mudança de hábitos, são bastante eficientes para prevenir a gastrite:

- ✓ Respeite os horários das refeições. Separar algum tempo para café da manhã, almoço e jantar tranquilos não é luxo, é necessidade.

- ✓ Prefira fazer pequenas refeições ao longo do dia a uma grande refeição e evite ficar sem alimentação por mais de três horas seguidas.

- ✓ Mastigue bem os alimentos, dando chance à saliva de começar o processo digestivo, facilitando o trabalho do estômago.
- ✓ Evite comida industrializada,

a chamada *fast-food* e alimentos gordurosos.

- ✓ Prefira refeições mais leves, como frutas, verduras e carne magra, que são de mais fácil digestão.

- ✓ Cuide da higiene pessoal (não coma sem lavar as mãos) e dos alimentos, para reduzir o risco de transmissão de bactérias.

- ✓ Não fume e evite o consumo freqüente de álcool.

- ✓ Evite tomar remédios sem prescrição do médico.

- ✓ Procure um gastroenterologista e siga suas recomendações em caso de mau funcionamento do estômago.

- ✓ Tente eliminar as causas de estresse.

Saiba mais

Federação Brasileira de Gastroenterologia
Av. Brigadeiro Faria Lima,
2.391, conjunto 102
São Paulo (SP) - CEP
01452-000
(11) 3813-1610
www.fbg.org.br

Ano letivo do ILB e da Unilegis começa com mais de cem cursos

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), que integram o sistema de educação do Senado, dão início ao ano letivo de 2008 no dia 11 de março. São mais de cem cursos presenciais e de

ensino a distância, em várias áreas do conhecimento, oferecidos aos servidores dos legislativos federal, estaduais e municipais, além de outras instituições

públicas conveniadas. O ano letivo será aberto com uma saudação do presidente do Senado, Garibaldi Alves, e com aula inaugural do senador Efraim Morais.



MOREIRA MARIZ



MARCIA KALUME



JOSÉ CRUZ



CÉLIO AZEVEDO



MOREIRA MARIZ



MOREIRA MARIZ



JOSÉ CRUZ



JOSÉ CRUZ

Na primeira foto (E), o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio, assina protocolo com o ILB, ao lado de Efraim Morais, Agaciel Maia e Denise Zoghbi; em sentido horário, sala de aula do ILB; seminário realizado pelo ILB e Idelb; público assiste a palestra no instituto; formatura no curso de alfabetização; seminário da Unilegis discute crenças e valores do brasileiro; e Efraim, Marco Túlio de Melo e Vânia Maione

Simpósio irá debater temas constitucionais

O I Simpósio Brasileiro de Estudos Constitucionais é um dos projetos do ILB e da Unilegis para comemorar os 20 anos de promulgação da Constituição, que também será tema de seminário internacional programado para maio.

Confira os cursos oferecidos em 2008

Orçamento Público e Ciência Política são alguns dos cursos de pós-graduação da Unilegis. ILB tem ampla gama de cursos presenciais e a distância, com e sem tutoria.

Mais de 5 mil inscritos no ensino a distância

Os cursos a distância do ILB e da Unilegis receberam este ano mais de 5 mil inscrições, um aumento de 55% em relação a 2007.

Cursos beneficiam servidor do Legislativo

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) oferece este ano oito cursos de ensino a distância com tutoria (acompanhamento) e cinco sem tutoria (autoinstrucionais). Todos eles são abertos aos servidores dos legislativos federal, estaduais,

municipais e distrital. Há também seis cursos de informática (sem tutoria), que serão ministrados pela intranet exclusivamente aos servidores do Senado. A página do ILB na internet mostra como se matricular: wu.senado.gov.br/ilb.

Cursos a distância sem tutoria

Desenvolvimento Gerencial

- **Objetivo:** disseminar conhecimentos básicos e atualizados sobre liderança no setor público
- **Carga horária:** 20 horas

Excelência no Atendimento

- **Objetivo:** apresentar informações gerais a respeito do atendimento ao público sob a ótica da qualidade e da excelência
- **Carga horária:** 20 horas

O Papel do Senado como Estrutura de Poder Político

- **Objetivo:** possibilitar a todos os interessados o conhecimento básico da atuação e do funcionamento do Senado Federal
- **Carga horária:** 20 horas

Princípios Constitucionais do Poder Legislativo

- **Objetivo:** analisar as atribuições do Poder Legislativo brasileiro à luz do texto constitucional
- **Carga horária:** 20 horas

Processo Legislativo

- **Objetivo:** conceituar as partes que compõem o processo legislativo e identificar os aspectos e as rotinas dos procedimentos legislativos
- **Carga horária:** 20 horas



O aluno precisa ter acesso à internet para se matricular em um dos cursos de educação a distância

Cursos a distância com tutoria

Gestão Administrativa do Setor Público

- **Objetivo:** disseminar conhecimentos atualizados sobre o inter-relacionamento e a liderança no setor público, permitindo o desenvolvimento pessoal e a capacitação do aluno a partir das novas abordagens de gestão administrativa nas instituições públicas
- **Carga horária:** 80 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Economia Descomplicada

- **Objetivo:** difundir conhecimentos sobre Macroeconomia, Microeconomia, Economia do Setor Público e Finanças Públicas, com uma linguagem clara e de fácil entendimento
- **Carga horária:** 80 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Doutrinas Políticas Contemporâneas

- **Objetivo:** conhecer quatro grandes correntes políticas - o Liberalismo, o Socialismo, a Social-Democracia e as Novas Esquerdas - e analisar o significado das principais correntes de pensamento que orientam os partidos políticos de maior expressão
- **Carga horária:** 60 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Licitações e Contratos Administrativos

- **Objetivo:** proporcionar o conhecimento da legislação concernente a licitações e contratos administrativos no setor público
- **Carga horária:** 60 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Fundamentos da Integração Regional: o Mercosul

- **Objetivo:** instruir o aluno sobre os fundamentos de processos de integração regional em geral, com especial ênfase no Mercosul e no papel a ser desempenhado pelos congressos nacionais no contexto da conformação do bloco econômico
- **Carga horária:** 80 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Introdução às Relações Internacionais I

- **Objetivo:** instruir o aluno em aspectos de relações internacionais que lhe permitam a eficiente aplicação em suas atividades de assessoria parlamentar ou governamental
- **Carga horária:** 60 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Introdução às Relações Internacionais II

- **Objetivo:** aprofundar o conhecimento sobre aspectos de relações internacionais, capacitando o aluno para assessoria parlamentar ou governamental
- **Carga horária:** 35 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Direito Eleitoral

- **Objetivo:** tornar acessíveis os elementos essenciais do Direito Eleitoral e as informações comentadas sobre a regulamentação do TSE para as eleições
- **Carga horária:** 60 horas
- **Período:** de 17/3/08 a 30/6/08

Cursos Intranet

O computador, como funciona

- **Objetivo:** familiarizar o aluno com o microcomputador e ajudá-lo a desenvolver apresentações e/ou aplicativos multimídia
- **Carga horária:** 20 horas

Windows 2000

- **Objetivo:** demonstrar as diversas ferramentas do Windows 2000 e proporcionar ao aluno sua utilização cotidiana
- **Carga horária:** 20 horas

Word 2000

- **Objetivo:** apresentar ao aluno os diversos recursos do editor de textos Word 2000 e capacitá-lo para a utilização cotidiana do programa
- **Carga horária:** 20 horas

Access 2000

- **Objetivo:** demonstrar os recursos e as ferramentas do Access, gerenciador de banco de dados desenvolvido para ambiente Windows
- **Carga horária:** 20 horas

Excel 2000

- **Objetivo:** treinar o aluno para a utilização do programa de planilhas eletrônicas Excel 2000, familiarizando-o com os recursos oferecidos
- **Carga horária:** 20 horas

Power Point 2000

- **Objetivo:** demonstrar as ferramentas principais do programa de apresentação eletrônica Power Point e treinar o aluno para sua utilização
- **Carga horária:** 20 horas



MÁRCIA KALUME



Os cursos priorizam a formação de recursos humanos para atuar na área legislativa

Na Unilegis, graduação e pós-graduação

Pioneira no ensino e desenvolvimento de pesquisa e cursos de extensão sobre o Legislativo, a Unilegis oferece cinco cursos presenciais em seu programa de pós-graduação e um de graduação na modalidade de ensino a distância. São cursos em áreas de aperfeiçoamento do processo legislativo. Informações podem ser obtidas pelo telefone 61 3311-5201, e-mail unilegis@senado.gov.br e no endereço www.senado.gov.br/unilegis.

Pós-Graduação presencial

Administração Legislativa

- **Objetivo:** formar servidores capazes de incorporar novas técnicas e tecnologias aos processos administrativos no âmbito do Poder Legislativo.
- **Carga horária:** 360 horas
- **Duração:** 18 meses

Orçamento Público

- **Objetivo:** gerar e disseminar conhecimentos e competências na administração pública, notadamente na área de orçamento público.
- **Carga horária:** 380 horas
- **Duração:** 18 meses

Comunicação Legislativa

- **Objetivo:** suprir as necessidades dos profissionais das diversas áreas de comunicação do Poder Legislativo e propiciar reflexões críticas da comunicação pública.
- **Carga horária:** 360 horas
- **Duração:** 18 meses

Ciência Política

- **Objetivo:** agregar aos servidores novas habilidades e competências essenciais ao aprimoramento técnico-profissional e ético-comportamental. E, ainda, fornecer conhecimentos teóricos em reorganização do atual sistema político.
- **Carga horária:** 360 horas
- **Duração:** 18 meses

Direito Legislativo

- **Objetivo:** suprir as necessidades dos profissionais que atuam diretamente na área jurídica ou no assessoramento à elaboração de leis.
- **Carga horária:** 360 horas
- **Duração:** 18 meses

Graduação a distância *

Graduação Tecnológica em Administração Legislativa

- **Objetivo:** promover a reciclagem e a capacitação profissional dos servidores de nível superior na área de administração legislativa.
- **Carga horária:** 1.620 horas
- **Duração:** 2 anos

* em parceria com a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul)

ILB oferece cursos de capacitação presenciais

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) oferece vários cursos presenciais. São todos gratuitos e estão abertos aos servidores do Senado e de outras instituições conveniadas. Os programas de capacitação e qualificação profissional são desenvolvidos em três níveis de treinamento. O primeiro é introdutório, destinado à preparação de novos servidores para as atribuições de cargos iniciais. O segundo programa é constituído de cursos regulares e atividades de capa-

capitação destinadas ao aperfeiçoamento e especialização dos servidores para o melhor desempenho de suas atribuições e, ainda, à introdução de novas técnicas de modernização. Por fim, os cursos de especialização e chefia objetivam aperfeiçoar o servidor para o exercício de cargos de supervisão, coordenação e direção superior. Os cursos têm duração média de 20 horas e as turmas são abertas a cada bimestre. Para mais informações acesse o endereço eletrônico www.senado.gov.br/ilb.

CARLOS STUCKER/ILB



Freqüentam as aulas do ILB funcionários do Legislativo e, se houver vagas, o público externo

Administração

- Formação para Chefe de Gabinete
- Secretariado Básico/Avançado
- Sistemas para Gabinete
- Técnicas de Redação Oficial

Área Legislativa

- Administração Legislativa
- Legislação do Setor Público
- Noções de Técnicas Legislativas
- Processo Legislativo Básico/Avançado
- Regimento Interno
- Regulamento Administrativo

Braile

- Braile Fácil
- Dasvox
- Dusbury
- Normas Técnicas para Produção de Textos em Braile
- Nova Grafia Braile da Língua Portuguesa
- Revisor Braile
- Transcritor Braile

Ciência Política

- A Dinâmica dos Poderes da República
- Estratégia Eleitoral
- Ética e Direitos Humanos*
- Formação Política do Brasil
- Fundamentos de Ciência Política
- Introdução à Antropologia Política I, II e III
- Introdução às Relações Internacionais – módulos I, II e III
- O Mercosul e outros Processos de Integração Regional
- O Poder Legislativo e a Política Externa Brasileira
- Partidos Políticos no Brasil
- Questões Internacionais Contemporâneas
- Segurança Nacional, Defesa e o Poder Legislativo no Brasil

- Extensão em Controle de Constitucionalidade*

Áudio e Digitalização

- Comunicação Social
- Cerimonial Público Legislativo
- Comunicação Institucional Básica
- Introdução ao Jornalismo Legislativo

Comunicação Visual

- Adobe Acrobat
- Adobe in Design CS2 Básico/Avançado
- Adobe Photoshop CS2 Básico/Avançado
- Adobe Ilustrator
- Corel Draw 12 Básico/Avançado
- Programação Visual Gráfica

Desenvolvimento Gerencial

- Atendimento com Qualidade
- Formação de Multiplicadores e Instrutores
- Formação Básica de Novos Consultores
- Gerenciamento de Projetos – MS – Project
- Gestão Estratégica de Contratos*

Gestão de Pessoas

- Administração do Estresse Ocupacional
- Análise Organizacional
- Comunicação Organizacional
- Defesa Pessoal*
- Desenvolvimento Interpessoal no Legislativo
- Gestão Estratégica do Tempo
- Inteligência Emocional no Ambiente do Legislativo
- Liderança e Desenvolvimento Humano e Organizacional
- Organização e Desenvolvimento de Equipes
- Planejamento Financeiro Pessoal

Informática

- Busca na Web
- Correio Eletrônico (Outlook/Internet)
- Excel Básico/Avançado
- Introdução à Informática
- Internet Básico/Avançado
- Power Point
- Técnicas Multimídias para Apresentação de Trabalhos
- Windows XP/Word Básico

Linguística

- Curso de Oratória*
- Curso Prático de Língua Portuguesa
- Espanhol
- Inglês
- Libras
- Locução e Expressão Vocal
- Noções de Sintaxe
- Oficina de Redação Criativa
- Português Instrumental
- Redação Argumentativa
- Revisão Gráfica
- Oficinas de Leitura e Produção de Textos

Marketing

- Marketing Político
- Marketing Pessoal

Orçamento e Finanças

- Orçamento e Finanças Públicos
- Projeto Siga
- Siafi Operacional
- Teorias da Contabilidade*

Web Multimídia

- 3D Studio Max
- Director MX
- Dreamweaver
- Flash Mx Professional
- Java
- Webdesign

* Cursos novos

Presidente do Senado faz saudação aos alunos



Garibaldi Alves, reitor da Unilegis, participa de solenidade transmitida por videoconferência para assembleias legislativas



Efraim Morais, membro do Conselho Superior da Universidade do Legislativo Brasileiro, profere a aula inaugural do ano letivo

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, abre no dia 11 de março o ano letivo de 2008 do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e da Universidade do Legislativo (Unilegis), que integram o sistema de educação do Senado. Ele faz uma saudação especial aos novos alunos, em solenidade que será transmitida ao vivo em sistema de videoconferência para as assembleias legislativas de todo o país e pelo canal do ILB no sistema de vídeo interno do Senado.

Efraim Morais (DEM-PB), 1º secretário do Senado e membro do Conselho Superior da Unilegis, profere a aula inaugural, com o tema “Eleição – essência da democracia”.

O consultor legislativo Dirceu Teixeira de Matos apresenta palestra sobre a modernização e a gestão estratégica de contratos no Senado. O tema será tratado em um dos cursos do ILB a ser ministrado neste ano (veja a relação de cursos nas páginas centrais).

Desde fevereiro a nomeação de gestores para os contratos deverá levar em conta, além da experiência, a formação técnica do servidor. De acordo com informações do instituto, o programa de treinamento dos gestores de contrato deve, a partir de agora, ser contínuo.

Também participam da solenidade o diretor-geral do Senado e vice-reitor-executivo da Unilegis, Agaciel Maia, a diretora-executiva do ILB, Denise Zoghbi, e a vice-reitora acadêmica da Unilegis, Vânia Maione.

Todos os alunos do ILB e da Unilegis, além dos servidores do Senado, estão convidados para a abertura. A solenidade, que tem início às 10h30, ocorrerá no Auditório Antônio Carlos Magalhães, no prédio da Interlegis.

Na abertura do ano letivo em 2007, Efraim Morais afirmou que os órgãos que integram o sistema educacional do Senado constituem o melhor exemplo de como a instituição pode servir à sociedade como espaço de aprimoramento técnico-profissional, reflexão e debate de idéias.



Para a diretora Denise Zoghbi, a grande procura demonstra o sucesso dos cursos do ILB

Educação a distância tem quase 5 mil candidatos

Um novo recorde foi estabelecido no número de inscritos na fase de pré-matrícula para os cursos de educação a distância do ILB. A procura aumentou em 55% em relação ao ano passado, mesmo com a diminuição do prazo de inscrição para apenas 15 dias. No total, foram 4.878 interessados este ano, contra 3.146 no ano passado.

Os três cursos mais procurados foram o de Gestão Administrativa no Setor Público, com 1.373 candidatos; o de Licitação e Contratos Administrativos, com 1.342 candidatos; e o de Direito Eleitoral, com 967 pré-matriculados.

Os candidatos passam agora por um processo de seleção para o preenchimento das 1.100 vagas disponíveis no primeiro semestre para essa modalidade de ensino. Para a diretora-executiva do instituto, Denise Zoghbi, os números revelam o sucesso do trabalho realizado pelo órgão de educação do Senado Federal.

Segundo a diretora-executiva, o instituto trabalha com a perspectiva de aumentar o número de tutores para atender a essa demanda crescente e, assim, proporcionar a oportunidade para que mais alunos em todo o país possam ser beneficiados por essa modalidade de ensino.

São oito cursos semestrais, em várias áreas do conhecimento, oferecidos aos servidores dos legislativos federal, estaduais, municipais e distrital e, em alguns casos, à população em geral, quando há disponibilidade de vagas.

ILB conta com parcerias no Brasil e no exterior

Em 11 anos, o ILB já qualificou mais de 30 mil técnicos. O número de servidores treinados aumenta a cada ano. Em 2007, foram mais de 12 mil profissionais capacitados, sendo 5.500 em cursos presenciais e 7.012 certificados nos 20 cursos a distância, com e sem tutoria. Reconhecido como um centro de excelência na qualificação de profissionais em todas as esferas do Legislativo, o ILB conta com 78 parceiros institucionais no país, que contribuem para a difusão de seus programas educacionais.

O instituto é também o órgão executivo da Universidade do Legislativo Brasileiro – a Unilegis. Essas instituições buscam ampliar a rede de parceiros. Há dez universidades parceiras. Entre elas, a Universidade de Salamanca, na Espanha, cujo convênio foi formalizado em no ano passado.

Este ano, o ILB oferece mais de cem cursos. Os alunos contam com material de apoio como apostilas, programas de rádio, teleaulas e ferramentas multimídia disponibilizados na página do ILB na internet, no endereço eletrônico www.senado.gov.br/ilb.

Todos os países de língua portuguesa e os integrantes do Mercosul também são parceiros na rede educativa do ILB.

Unilegis trabalha para aprimorar o Parlamento

Pioneira no ensino superior, desenvolvimento de pesquisa e cursos de extensão voltados especificamente ao Legislativo, a Unilegis, criada em 2001, ajuda a formar talentos para aprimorar o trabalho do Parlamento e qualificar o atendimento à sociedade brasileira.

Além das ações nos campos da educação, pesquisa e extensão, a Unilegis tem como missão promover o estudo de questões estratégicas e relevantes para o país, difundindo o papel do Legislativo e das instituições do Estado.

Nesse sentido, a Unilegis tem em seu programa de ações a realização de cursos de graduação e pós-graduação, bem como a promoção de conferências e seminários em áreas essenciais ao aperfeiçoamento do processo legislativo.

De acordo com a vice-reitora acadêmica, Vânia Maione, a Unilegis disponibiliza em seu programa de pós-graduação deste ano cinco cursos presenciais de especialização, nas seguintes áreas: Administração Legislativa, Orçamento Público, Comunicação Legislativa, Ciência Política e Direito Legislativo. E, ainda, o curso de ensino a distância Graduação Tecnológica em Administração Legislativa.

Simpósio debaterá os 20 anos da Constituição

Em comemoração aos 20 anos de promulgação da Constituição federal, o Instituto Legislativo Brasileiro e a Universidade do Legislativo Brasileiro realizam, nos dias 3 e 4 de junho, com apoio da Consultoria Legislativa do Senado, o I Simpósio Brasileiro de Estudos Constitucionais. O simpósio é uma das atividades do programa de estudos avançados do ILB, que busca alternativas para questões da atualidade, a partir de discussões e debates.

Para analisar temas ligados à Constituição, o simpósio reunirá especialistas, parlamentares e autoridades representantes de vários órgãos e instituições do país, como Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Instituto Brasileiro de Direito Público, Senado Federal e universidades do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Brasília.

Outros dois seminários estão programados pelo ILB para este ano, em parceria com a Universidade de Brasília e a Unilegis. Nos dias 15 e 16 de maio, acontece

o seminário internacional “O Legislativo Brasileiro em Perspectiva Comparada”, com o apoio do Departamento de Ciências Políticas da UnB.

O evento terá a participação de especialistas de universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra, além de conferencistas brasileiros. Os cinco painéis já estão definidos e abordam os seguintes temas: “20 Anos de Constituição e Presidencialismo de Coalizão”, “Relação Legislativo-Executivo”, “Legislativos Subnacionais Comparados”, “Eleições Legislativas” e, por fim, “Partidos e Oposições na Arena Parlamentar”.

Para o segundo semestre, está programado o II Seminário de Estudos sobre o Legislativo, em parceria com a Câmara dos Deputados e o Departamento de Sociologia da UnB, para debater temas como democracia, cultura política, organização e funcionamento do Legislativo, representação, participação, reforma política e comunicação política.



Senador Marco Maciel fala, no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro, sobre reforma a adidos militares

JORNAL DO SENADO

Especial é uma publicação do **Jornal do Senado** em parceria com o **Instituto Legislativo Brasileiro (ILB)**. Praça dos Três Poderes – Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar, 70165-920, Brasília (DF). www.senado.gov.br/jornal/jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 – Fax: (61) 3311-3137
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich
Editor-chefe: Eduardo Leão
Editor: Valter Gonçalves Jr.
Diagramação: Bruno Bazílio e Henrique Lima

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arquivo Fotográfico: Ana Cláudia Volpe e Elida Costa

Os textos deste encarte foram produzidos por James Gama (Comunicação Social do ILB).
ILB: Via N-2, Unidade de Apoio V – Senado Federal 70165-900 – Brasília (DF). Tel.: 61 3311-3394 ilb@senado.gov.br | www.senado.gov.br/ilb